



www.crea-rs.org.br 10 anos

ANO X - SETEMBRO E OUTUBRO 2014

#104

CONSELHO EM REVISTA CREA-RS

REVISTA BIMESTRAL DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL



Mala Direta Postal
No. 0000000001-000000
CREA-RS
CORREIOS
RUA SÃO LUÍS, 77 - 90620-170
PORTO ALEGRE - RS



Carta XIV EESEC

Página 47



Veja quem são os candidatos

Eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua

19/11/2014

Participe

As informações abaixo foram fornecidas pelo Sinduscon-RS (www.sinduscon-rs.com.br) CUB/RS do mês de setembro/2014 - NBR 12.721- Versão 2006

PROJETOS	PADRÃO DE ACABAMENTO	CÓDIGO	R\$/m²
RESIDENCIAIS			
R - 1 (Residência Unifamiliar)	Baixo	R 1-B	1.145,09
	Normal	R 1-N	1.410,36
	Alto	R 1-A	1.758,88
PP - 4 (Prédio Popular)	Baixo	PP 4-B	1.041,43
	Normal	PP 4-N	1.356,47
	Baixo	R 8-B	988,43
R - 8 (Residência Multifamiliar)	Normal	R 8-N	1.168,57
	Alto	R 8-A	1.433,47
	Normal	R 16-N	1.134,84
R - 16 (Residência Multifamiliar)	Alto	R 16-A	1.478,82
PIS (Projeto de interesse social)	-	PIS	791,99
RPIQ (Residência Popular)	-	RPIQ	1.156,38
COMERCIAIS			
CAL - 8 (Comercial Andares Livres)	Normal	CAL 8-N	1.384,75
	Alto	CAL 8-A	1.516,10
CSL - 8 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 8-N	1.161,99
	Alto	CSL 8-A	1.323,66
CSL - 16 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 16-N	1.552,76
	Alto	CSL 16-A	1.764,61
GI (Galpão Industrial)	-	GI	617,63

Estes valores devem ser utilizados após 01/03/2007, inclusive para contratos a serem firmados após esta data. Atualize os valores do CUB em www.sinduscon-rs.com.br

TAXAS DO CREA-RS - 2014	
1 - Registro/Inscrição ou Registro de Pessoa Física	
A) Registro Definitivo	R\$ 101,17
B) Visto em Registro de outro Crea (Registro com N° Nacional é isento)	R\$ 39,13
2 - Registro de Pessoa Jurídica	
A) Principal	R\$ 190,60
B) Restabelecimento de Registro	R\$ 190,60
3 - Expedição de Carteira com Cédula de Identidade	
A) Carteira Definitiva	R\$ 39,13
B) Substituição ou 2ª via	R\$ 39,13
C) Taxa de Reativação de Cancelado pelo Art. 64	R\$ 101,17
4 - Certidões	
A) Emitida pela internet (Profissional e Empresa)	Isenta
B) Certidão de Registro e Quitação Profissional	R\$ 39,13
C) Certidão de Registro e Quitação de Firma	R\$ 39,13
D) Certidão Especial	R\$ 39,13
5 - Direito Autoral	
A) Registro de Direito sobre Obras Intelectuais	R\$ 238,11
6 - Formulário	
A) Bloco de Receituário Agrônomo e Florestal	R\$ 39,13
7 - Formalização de Processo de Incorporação de Atividade Executada no Exterior ao Acervo Técnico, nos Termos da Resolução N° 1.025 de 2009	R\$ 238,11

CAPITAL SOCIAL	TIPO	OUTUBRO/2014	NOVEMBRO/2014
		VALORES A PAGAR	
	NÍVEL TÉCNICO	R\$ 225,46	R\$ 227,52
	NÍVEL SUPERIOR	R\$ 450,90	R\$ 455,04
Até R\$ 50.000,00	FAIXA 1	R\$ 426,47	R\$ 430,39
De R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00	FAIXA 2	R\$ 852,94	R\$ 860,76
De R\$ 200.000,01 até R\$500.000,00	FAIXA 3	R\$ 1.279,41	R\$ 1.291,15
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00	FAIXA 4	R\$ 1.705,87	R\$ 1.721,52
De R\$ 1.000.000,01 até R\$ 2.000.000,00	FAIXA 5	R\$ 2.132,35	R\$ 2.151,91
De R\$ 2.000.000,01 até R\$ 10.000.000,00	FAIXA 6	R\$ 2.558,81	R\$ 2.582,28
Acima de R\$ 10.000.000,01	FAIXA 7	R\$ 3.411,74	R\$ 3.443,04

OBS.: VALORES CONFORME RESOLUÇÃO N° 1049, 27 DE SETEMBRO DE 2013, DO CONFEA

ART - TABELA A - OBRA OU SERVIÇO 2014		
FAIXA	CONTRATO (R\$)	R\$
1	Até 8.000,00	63,64
2	de 8.000,01 até 15.000,00	111,37
3	acima de 15.000,01	167,68

ART - TABELA B - OBRA OU SERVIÇO DE ROTINA - VALORES DA ART MÚLTIPLA MENSAL 2014		
FAIXA	CONTRATO (R\$)	R\$
1	Até 200,00	1,23
2	de 200,01 até 300,00	2,51
3	de 300,01 até 500,00	3,74
4	de 500,01 até 1.000,00	6,26
5	de 1.000,01 até 2.000,00	10,07
6	de 2.000,01 até 3.000,00	15,09
7	de 3.000,01 até 4.000,00	20,24
8	acima de 4.000,00	TABELA A

ART DE RECEITUÁRIO AGRÔNOMO/INSPEÇÃO VEICULAR	
Valor de cada receita agrônomo. Na ART incluir múltiplos de 25 receitas limitadas a 500 receitas.	R\$ 1,23
Valor de cada inspeção veicular. Na ART incluir múltiplos de 25 inspeções limitadas a 100 inspeções.	R\$ 1,23

SERVIÇOS DA GERÊNCIA DE ART E ACERVO	
Registro de Atestado Técnico (Visto em Atestado) por profissional	R\$ 64,28
	até 20 ARTs acima de 20 ARTs
Certidão de Acervo Técnico (CAT), Certidão de Inexistência de obra/serviço, Certidão de ART, Certidões diversas	R\$ 39,13 R\$ 79,37

VALORES CONFORME RESOLUÇÃO N° 1.049, 27 DE SETEMBRO 2013, DO CONFEA.

ESPAÇO DO LEITOR 3

PALAVRA DO PRESIDENTE 4/5

ESPECIAL ELEIÇÕES 6/17

NOTÍCIAS DO CREA-RS 18/21

POR DENTRO DAS INSPETORIAS 22/23

O DIA A DIA DAS ENTIDADES 26/31

RAIO X DA FISCALIZAÇÃO 32/33

CURSOS&EVENTOS 34

NOVIDADES TÉCNICAS 35/36

ARTIGOS 37/43



Un Cuento Gaúcho



Agronomia e Cidades Sustentáveis



Por que a Maioria das Obras Públicas de Engenharia é Malsucedida?



Aspectos Gerais de Redes de Sensores



Como Combater a Burocracia por Meio da Valorização Profissional: o Case do SIGEF



A Revisão da NR 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações



Número de Módulos Fiscais de um Imóvel Rural: Cálculo Simples?

MEMÓRIA 44/46

ESCREVA PARA A CONSELHO EM REVISTA

Rua São Luís, 77 | Porto Alegre/RS | CEP 90620-170 | e-mail: revista@crea-rs.org.br
 Por limitação de espaço, os textos poderão ser resumidos.

ACOMPANHE O CREA-RS NAS REDES SOCIAIS

crea-rs.org.br | twitter.com/creagauch | facebook.com/creagauch

Memória

A reportagem “Olímpico: entre a Baixada e a Arena, 58 anos de história”, publicada na seção Memória da *Conselho em Revista* nº 103, foi elogiada pelos entrevistados Hélio Dourado, ex-presidente do Grêmio, e Ema Coelho, diretora do Memorial Hermínio Bittencourt. Eles parabenizaram a área de Comunicação pela matéria produzida pela estagiária de Jornalismo Carolina Lewis, sob a supervisão da jornalista Jô Santucci. Por mensagem, Ema escreveu: “Querida Carol, recebi a revista. Adorei a reportagem. Parabéns. Beijos da Ema”. Por telefone, Dourado agradeceu o envio da revista e disse ter gostado do resultado.

Eleições

Consultando o resultado, no site do CREA-RS, das eleições para a Diretoria e Membros de Comissões das Inspetorias, com algumas Inspetorias com mais de uma chapa e com disputa parelha, mostrando como se faz uma eleição democrática e livre participação do Colégio Eleitoral, atingindo o número de 2.518 votos. Em contrapartida, em nível nacional uma vergonha para profissionais da área tecnológica, justamente aqueles que deveriam dar o exemplo a toda a nação, não conseguem elaborar uma eleição totalmente on-line digital. Senhores e senhoras, os demais Conselhos profissionais, por exemplo, a Enfermagem, não tiveram problema algum em fazer uma eleição on-line digital. E daí como fica? Qual é a justificativa? Estamos no século XXI, não consigo entender e, tenho certeza, se tivessem delegado ao CREA-RS a condução do pleito, nós teríamos mostrado que é possível, necessário e, certamente, muito mais barato que esta eleição confusa que o Conselho Federal está conduzindo. Aproveito a oportunidade para parabenizar o CREA-RS pela organização, eficiência e lisura do pleito e, em especial, à Coordenadoria das Inspetorias pelo belo trabalho com o profissionalismo e a eficiência já conhecida pelos profissionais do Sistema.

Eng. Civil Marcus Vinícius do Prado | Via Ouvidora

Palavra do Presidente

Parabéns pela manifestação sobre as próximas eleições em “Palavra do Presidente”.

Eng. Ernani A. Piccoli | Presidente da Associação Gravataiense de Engenheiros e Arquitetos (Agrega)

Orla do Guaíba

Parabéns ao professor Elirio E. Toldo Jr. pela publicação no Espaço do Leitor, da edição julho e agosto 2014, da *Conselho em Revista*. A posição do professor Toldo Jr. é endossada totalmente por mim e por muitos profissionais que são dedicados ao estudo das águas. Lamentavelmente, no ano de 1998, sem o menor respaldo legal, entidades governamentais com interesses na ocupação de áreas na orla do Guaíba utilizaram o expediente de denominarem o Rio Guaíba de Lago Guaíba. Muitas dessas entidades acabaram nos últimos anos construindo palacetes de alto luxo na faixa anteriormente protegida. Explicaste essa alteração na ocupação da área pelo Código Florestal, Lei 4771/65, e modificações atuais, que no caso de Rio Guaíba exige a preservação de 500 metros ao longo da orla e, no caso Lago Guaíba, tal faixa se reduziu para apenas 30 metros. Como se vê, bastante vantajosa a mudança para muitos órgãos que ali se estabeleceram a partir do ano 2000. Entre 1998 e 2000, algumas personalidades, pessoas de respeito, passaram a influenciar as gráficas para alterarem o topônimo Rio Guaíba para Lago Guaíba nos livros escolares, cometendo um crime de falsidade. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM), desde 1999, adota a faixa de preservação na orla do Rio Guaíba de 30 metros, por considerar o Guaíba um Lago devido ao Atlas Ambiental de Porto Alegre, como se tal Atlas fosse um documento oficial e legal para tanto. Cabe esclarecer que este Atlas (um trabalho de grande alcance técnico), com mais de 300 folhas, em formato duplo do A4, somente em 1/4 de uma das páginas, assinada pelo seu coordenador, cita que o Rio é um Lago, descrevendo nove itens que provam a citação. Porém, na realidade, nunca foram levados em conta, por não ser um documento técnico, desde a comissão formada em 1979 pelo então governador Amaral de Souza, tentando evitar a aplicação da Lei 4771/65 e extinta em 1982, sem nada concluir. Este Atlas até hoje é vendido por particulares e foi financiado com dinheiro público e muito dinheiro. O nosso CREA-RS, mesmo conhecendo o assunto, nunca tomou uma iniciativa de reunir profissionais para elaborar um estudo sobre esta grande farsa que mudou nossa Porto Alegre, inclusive permitindo a construção de shopping centers como o Praia de Belas e o Barra, este último, mesmo com parecer desfavorável de uma procuradora do município. No entanto, para analisar projetos de construtoras e que envolviam profissionais, foram criadas Comissões para efetuar parecer.

Engenheiro Civil Henrique Wittler | Especializado em Hidrologia e Irrigação e Drenagem, professor fundador da disciplina de Hidrologia na PUC/RS, Engenheiro aposentado do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS)

Eleições
CREA-RS - Conselho Federal - Mútua





ENGENHEIRO CIVIL
LUIZ ALCIDES CAPOANI
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

ELEIÇÕES:

COMPROMETIMENTO COM O FUTURO PROFISSIONAL

Trabalho com determinação e comprometimento é sinônimo de sucesso e realização. O comprometimento não se mede meramente com palavras ou discursos desprovidos de compromisso.

Discursos, promessas e planos para nada servem sem ação, sem a coragem de fazer o tempo todo e com propósitos bem definidos, com o compartilhamento de vontades para construir melhorias e avanços para a sociedade.

Queremos ser lembrados como alguém que sabe criar objetivos que podem ser aceitos por todos os seus colaboradores, pelo que fizemos e pelo resultado alcançado, pelo trabalho que tivemos de desenvolver para honrar os compromissos assumidos com todas as categorias profissionais, pela constância de nosso respeito aos colegas que nos deram a honra de representá-los nestes seis anos.

O respeito é algo que nos é concedido e decorre das atitudes que tomamos, da perseverança em alcançar nossas metas e do trabalho desenvolvido, e a liderança surge da capacidade de ser respeitado, de saber conviver com a disputa e críticas, nem sempre construtivas.

A recompensa é a satisfação pelo trabalho realizado e o reconhecimento. Sabemos que fizemos o nosso melhor, lutamos para cumprir cada uma das palavras empenhadas, para atingir todas as metas, e se, hoje, muitos são os resultados alcançados, a credibilidade e a visibilidade do CREA-RS no cenário estadual e federal, reconhecimento pela imprensa, sociedade e por profissionais, é porque cada minuto em que estivemos à frente do Conselho foi com dedicação, doação, disciplina e senso de responsabilidade.



CREA-RS

INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

São Luís, 77 | Porto Alegre | RS
CEP 90620-170 | www.crea-rs.org.br

FALE COM O PRESIDENTE
www.crea-rs.org.br/falecomopresidente
twitter.com/creagaucha

DISQUE-SEGURANÇA 0800.510.2563
OUVIDORIA 0800.644.2100
PROVEDOR CREA-RS 0800.510.2770
SUPPORTO ART 0800.510.2100

Presidente
Eng. Civil **Luiz Alcides Capoani**

1º vice-presidente
Eng. Agr. **Juarez Morbini Lopes** (licenciado)

2º vice-presidente
Eng. Civil e Mec. **Alberto Stochero**

1º diretor financeiro
Eng. Op.-Eletrônica **Sérgio Boniatti**

2º diretor financeiro
Eng. Fital. **Jorge Silvano Silveira**

1º diretor administrativo
Eng. Civil, Eletr. e Mecânico
Eddo Hallenius de Azambuja Bojunga

2º diretor administrativo
Eng. Civil **Marcus Vinícius do Prado**

Coordenador das Inspetorias
Geólogo e Eng. Seg. Trab. **Pablo Souto Palma**

Coordenador Adjunto das Inspetorias
Eng. Agr. **Walmor Luiz Roesler**

Coord. do Colégio Estadual de Entidades de Classe
Eng. Agr. **Mauro Miguel dos Santos Cirne**

Coord. Adjunto do Colégio Estadual de Entidades de Classe
Eng. Agr. **Bráulio Otomar Caron**

“É o grau de comprometimento que determina o sucesso, não o número de seguidores”

REMO LUPIN

A liderança sonhada por todos, que é a habilidade de motivar e influenciar as demais pessoas, de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e com entusiasmo para alcançarmos objetivos que digam respeito a todos, somente será atingida se o trabalho apresentado estiver à altura das expectativas geradas; senão, o que temos são autoridades exercidas de maneira equivocada e exigência de obediência pelo cargo exercido.

A liderança não se cria do nada ou por palavras, é fruto de trabalho árduo e de muito comprometimento.

Ao escolher seus candidatos nestas eleições que se aproximam, não troquem seus votos por favores. Façamos as escolhas naqueles que conhecem as melhores formas de gestão, que tenham compromisso com

todos e sejam magnânimos em nos representar, que tenham grandeza de caráter que se exige de nós mesmos e que tenhamos a certeza de que os compromissos assumidos sejam exequíveis e que serão honrados.

Respeitamos cada um dos votos de quem nos elegeu, temos a consciência do trabalho executado e fizemos o nosso melhor, assim como temos a certeza de que cada um de nossos antecessores deu ao Conselho o melhor que podiam, e estaremos nos próximos anos cobrando dos novos gestores o cumprimento das promessas e o respeito aos profissionais, preservando as conquistas que são de todos nós.

No CREA-RS, no Estado e no País, ainda há muito a ser realizado, ainda há muito a plantar e construir, principalmente devido ao aumento das

necessidades geradas pelo mundo moderno de administrar um número cada vez maior de demandas que a cada dia se tornam mais complexas.

Teremos também a oportunidade de conhecer as propostas dos candidatos ao CREA-RS, à Mútua-RS e ao Confea que colocaram seus nomes à disposição. Todos são nossos conhecidos e ocuparam cargos no Sistema.

Aos senhores candidatos desejamos que as discussões e os debates necessários em uma democracia ocorram com tranquilidade e respeito, porque acreditamos que nossa reputação é feita pelos outros e nosso caráter é feito por nós mesmos.

Desejamos que o presidente eleito dê prosseguimento às conquistas de todos que foram traduzidas em projetos, construções e realizações.

Um afetuoso abraço a todos.

TELEFONES CREA-RS | PABX 51 3320.2100 | CÂMARA AGRONOMIA 51 3320.2245 | CÂMARA ENG. CIVIL 51 3320.2249 | CÂMARA ENG. ELÉTRICA 51 3320.2251 | CÂMARA ENG. FLORESTAL 51 3320.2277 | CÂMARA ENG. INDUSTRIAL 51 3320.2255 | CÂMARA ENG. QUÍMICA 51 3320.2258 | CÂMARA ENG. GEOMINAS 51 3320.2253 | CÂMARA DE ENG. SEG. DO TRABALHO 51 3320.2243 | COMISSÃO DE ÉTICA 51 3320.2256 | GER. DA COORDENADORIA DAS INSPETORIAS 51 3320.2210 | GER. ADMINISTRATIVA 51 3320.2108 | GER. DE COM. E MARKETING 51 3320.2274 | GER. DE CONTABILIDADE 51 3320.2170 | GER. FINANCEIRA 51 3320.2120 | GER. DE FISCALIZAÇÃO 51 3320.2130 | GER. DE REGISTRO 51 3320.2140 | GER. EXEC. DAS CÂMARAS 51 3320.2250 | PRESIDÊNCIA 51 3320.2260 | PROTOCOLO 51 3320.2150 | RECEPÇÃO 51 3320.2101 | SECRETARIA 51 3320.2270

INSPETORIAS
ALEGRETE 55 3422.2080 | BAGÉ 55 3241.1789 | BENITO GONÇALVES 54 3451.4446 | CACHOEIRA DO SUL 51 3723.3839 | CACHOEIRINHA/GRAVATAÍ 51 3484.2080 | CAMAQUÁ 51 3671.1238 | CANOAS 51 3476.2375 | CAPÃO DA CANOA 51 3665.4161 | CARAZINHO 54 3331.1966 | CAXIAS DO SUL 54 3214.2133 | CRUZ ALTA 55 3322.6221 | ERECHIM 54 3321.3117 | ESTEIO 51 3459.8928 | FREDERICO WESTPHALEN 55 3744.3060 | GUAÍBA 51 3491.3337 | IBIRUBÁ 54 3324.1727 | IJUÍ 55 3332.9402 | LAJEADO 51 3748.1033 | MONTENEGRO 51 3632.4455 | NOVO HAMBURGO 51 3594.5922 | PALMEIRA DAS MISSÕES 55 3742.2888 | PANAMBI 55 3375.4741 | PASSO FUNDO 54 3313.5807 | PELOTAS 55 3222.6828 | PORTO ALEGRE 51 3361.4558 | RIO GRANDE 53 3231.2190 | SANTA CRUZ DO SUL 51 3711.3108 | SANTA MARIA 55 3222.7366 | SANTA ROSA 55 3512.6093 | SANTANA DO LIVRAMENTO 55 3242.4410 | SANTIAGO 55 3251.4025 | SANTO ÂNGELO 55 3312.2684 | SÃO BORJA 55 3431.5627 | SÃO GABRIEL 55 3232.5910 | SÃO LEOPOLDO 51 3592.6532 | SÃO LUIZ GONZAGA 55 3352.1822 | TAQUARA 51 3542.1183 | TORRES 51 3626.1031 | TRAMANDAÍ 51 3361.2277 | TRÊS PASSOS 55 3522.2516 | URUGUAIANA 55 3412.4266 | VACARIA 54 3232.8444 | VIAMÃO 51 3444.1781

INSPETORIAS ESPECIAIS
CANELA/GRAMADO 54 3282.1130 | CHARQUEADAS 51 3658.5296 | DOM PEDRITO 53 3243.1735 | GETÚLIO VARGAS 54 3341.3134

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
Gerentes Relações Públicas Denise Lima Friedrich (Convap 1.333) - 51 3320.2274
Supervisora, Editora e Jornalista Responsável: Jé Santucci (Reg. 18.204) - 51 3320.2273
Colaboradora: jornalista Luciana Patella (Reg. 12.807) - 51 3320.2264
Estagiária: Carolina Moreira Lewis

COMISSÃO EDITORIAL
CONSELHEIROS TITULARES
Coordenador: Eng. Oper.-Mec. e Seg. Trab. Helécio Dutra de Almeida
(Câmara de Eng. Segurança do Trabalho)
Coordenador-Adjunto: Eng. Quím. Rubens Zolar da Cunha Gehlen
(Câmara de Engenharia Química)

Eng. Civil Carlos André Bulhões Mendes (Câmara de Engenharia Civil)
Geólogo Ivam Luís Zanette (Câmara de Geologia e Minas)
Eng. Ftal. Jorge Silvano Silveira (Câmara de Engenharia Florestal)
Eng. Mec. Júlio Surreaux Chagas (Câmara de Engenharia Industrial)
Eng. Elétric. Maurício de Campos (Câmara de Engenharia Elétrica)
Eng. Agr. Paulo Rigatto (Câmara de Agronomia)

CONSELHEIROS SUPLENTEs
Eng. Mec. e Seg. Trab. Ângela Beatrice Dewes Moura (Câmara de Eng. Industrial)
Eng. Agr. Arcângelo Mondardo (Câmara de Agronomia)
Eng. Civil Carlos Giovanni Fontana (Câmara de Engenharia Civil)
Eng. Civil e Seg. Trab. Carlos Wengrover Rosa (Câmara Eng. Segurança do Trabalho)
Eng. Elétric. Cezar Augusto Antunes Pedrazani (Câmara de Engenharia Elétrica)
Eng. Ftal. Luiz Ernesto Grillo Elesbão (Câmara de Engenharia Florestal)
Eng. Quím. Nilson Romeu Marcílio (Câmara de Engenharia Química)

ANO X | Nº 104
SETEMBRO E OUTUBRO DE 2014

A *Conselho em Revista* é uma publicação bimestral do CREA-RS

marketing@crea-rs.org.br
revista@crea-rs.org.br

Tiragem: 60.000 exemplares

O CREA-RS e a *Conselho em Revista*, assim como as Câmaras Especializadas não se responsabilizam por conceitos emitidos nos artigos assinados neste veículo.

Edição e Produção Gráfica
MOOVE Comunicação Transmídia
atendimento@agenciamoove.com.br
51 3330.2200

ELEIÇÕES DO SISTEMA CONFEA/CREA E MÚTUA 2014

Nesta edição especial da *Conselho em Revista*, apresentamos os candidatos ao pleito, que exercerão mandatos de 2015-2017. Nas próximas páginas são apresentados o currículo e as propostas dos candidatos, que tiveram seus registros de candidaturas homologados pela Comissão Eleitoral Federal e Estadual até o dia 22 de outubro de 2014. Os textos são os mesmos que foram apresentados quando dos requerimentos de registro de candidatura, em cumprimento à legislação eleitoral



No dia 19 de novembro de 2014, ocorrerão os processos eleitorais para a escolha dos **presidentes do Confea e do CREA-RS**, bem como dos **diretores geral e administrativo da Mútua-RS**. Todos os profissionais registrados e em dia com suas anuidades, até dia 20/10/2014, perante o CREA-RS poderão votar para presidente do Confea e do CREA-RS e diretor-geral da Mútua-RS. A eleição do diretor administrativo se dará pelos mutualistas contribuintes adimplentes perante a Mútua-RS, até o dia 20/10/2014. Nos sites do Confea e do CREA-RS (www.confea.org.br e www.crea-rs.org.br), é possível acessar todas as informações em relação ao processo eleitoral.

Verifique antecipadamente seu local de votação, tendo em vista que os eleitores foram distribuídos segundo critérios definidos pela Comissão Eleitoral Regional (CER-RS) e levando em consideração o endereço de correspondência fornecido pelo profissional e cadastrado junto ao sistema do Conselho.

No município de **Porto Alegre**, como haverá **04 (quatro) mesas eleitorais** – duas na sede do CREA-RS, Inspeção de Porto Alegre e Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS) –, os profissionais foram distribuídos por ordem alfabética, considerando a letra inicial do nome.

 de **Aaron a Dyson** votam na urna de nº **01** localizada na **sede do CREA-RS**

 de **Eagro a Izenia** votam na urna de nº **02** localizada na **sede do CREA-RS**

 de **Jaber a Myrtes** votam na urna localizada na **Inspeção de Porto Alegre**

 de **Nabil a Zygfryd** votam na urna localizada no **Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS)**

Além dos cargos acima mencionados, também ocorre no mês de novembro, no dia 21/11/2014, a eleição para o **diretor financeiro da Mútua-RS**, que, conforme prevê a Resolução nº 1.022/2007, será escolhido em Sessão Plenária através dos votos dos conselheiros do Regional.

COMISSÃO ELEITORAL DIVULGA LOCALIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS MESAS RECEPTORAS E ESCRUTINADORAS

A Comissão Eleitoral Regional do CREA-RS (CER-RS), usando das atribuições que lhe confere os artigos 25 e 32 do anexo I - Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução nº 1021/2007 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), e calendário eleitoral anexo à deliberação de nº 007 da Comissão Eleitoral Federal (CEF), torna público os locais de funcionamento das mesas receptoras e escrutinadoras e suas devidas composições, que operarão nas eleições para os cargos de presidente do Confea e do CREA-RS, bem como dos diretores geral e administrativo da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-RS - Mútua-RS, previstas para o dia 19 de novembro de 2014, das 9 horas às 19 horas.

Conforme o artigo 85 do Regulamento Eleitoral, a apuração dos votos terá início imediatamente após o encerramento da votação e, para cada local definido para instalar uma mesa receptora, deverá ser instalada uma mesa escrutinadora.

1) MESAS RECEPTORAS

a) na sede do CREA-RS, 02 (duas) mesas; b) nas Inspetorias, 01 (uma) mesa por Inspetoria; c) nas Inspetorias Especiais, 01 (uma) mesa por Inspetoria; d) nos Escritórios de Representação do CREA-RS, 01 (uma) mesa por Escritório; e) nas Entidades de Classe, 01 (uma) mesa na sede do Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS); e) nas Instituições de Ensino, 01 (uma) mesa no campus da Faculdade de Horizontina (FAHOR).

2) MESAS ESCRUTINADORAS

a) na sede do CREA-RS, 02 (duas) mesas; b) nas Inspetorias, 01 (uma) mesa por Inspetoria; c) nas Inspetorias Especiais, 01 (uma) mesa por Inspetoria; d) nos Escritórios de Representação do CREA-RS, 01 (uma) mesa por Escritório; e) nas Entidades de Classe, 01 (uma) mesa na sede do Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS); e) nas Instituições de Ensino, 01 (uma) mesa no campus da Faculdade de Horizontina (FAHOR).



Presidente Eng. Capoani junto com a Comissão Eleitoral RS

OBSERVAÇÕES:

- 1) As informações acima estão constantes no edital nº 015/2014 da CER-RS, que se encontra disponível no site do CREA-RS.
- 2) Não houve impugnações ao conteúdo do referido edital.

CARGO
PRESIDENTE**CONFEA**
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia**ELEIÇÕES DO SISTEMA
CONFEA/CREA E MÚTUA**

19 DE NOVEMBRO DE 2014

ENG. CIVIL JOSÉ TADEU DA SILVA

- Fundador e presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Mogi Guaçu (1982 a 1987)
- Fundador e presidente da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mogi Mirim (1990)
- Fundador da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Itapira (1990)
- Conselheiro do CREA-SP (1989/1992)
- Presidente da FAEASP (2000/2003 - 2003/2006 - 2006/2009 e 2009/2012)
- Coordenador do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea (2009)
- Presidente do CREA-SP (mandatos: 2006/2008 - 2009/2011)
- Eleito presidente da Upadi (2015/2017) - Unión Panamericana de Asociaciones de Ingenieros
- Representante da Febrae e Confea na WFEO/FMOI - World Federation of Engineering Organizations e do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape)
- Atual presidente do Confea, licenciado (mandato: 2012/2014)
- Presidente da Febrae, licenciado - Federação Brasileira de Associações de Engenheiros (mandatos: 2010/2012 e 2013/2015)

PROGRAMA DE TRABALHO CONSTRUIR O FUTURO: JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

DEFESA DOS PROFISSIONAIS E DA ENGENHARIA BRASILEIRA

Desenvolver ações no cenário nacional que fortaleçam a participação dos profissionais no cotidiano das políticas públicas, influenciando nas decisões em torno de projetos e propostas voltados para os investimentos em infraestrutura e do desenvolvimento sustentável do País.

REFORMULAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

Promover a discussão da Legislação Profissional vigente e definir o futuro do Sistema Profissional, atualizando e reformulando os mecanismos legais para que atendam às necessidades atuais.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Aplicar recursos necessários do Confea que garantam a modernização e o fortalecimento dos Creas, tornando-os sustentáveis, e dotando-os de estrutura de fiscalização necessária para impedir que pessoas não habilitadas realizem empreendimentos e atividades da área tecnológica, garantindo o exercício legal das profissões através do aprimoramento do sistema de habilitação profissional, apoiando a participação dos jovens profissionais e investindo recursos para o fortalecimento dos Creas Jovens/Junior/Estudantes.

MOBILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS

Agir com a colaboração das entidades profissionais nas ações de Fiscalização das atividades e do exercício profissional, estabelecendo parcerias e incentivos do Sistema Confea/Crea/Mútua, destinando recursos financeiros para o fortalecimento e a sustentabilidade de todas as Entidades.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Garantir e investir recursos para o aperfeiçoamento e aprimoramento técnico-cultural dos profissionais, defendendo a ampliação de cursos de capacitação profissional e do ensino tecnológico, agindo com a colaboração e a parceria das Associações Brasileiras de Ensino registradas no CDEN.

DESCENTRALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Descentralizar o Confea, criando as Superintendências Regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), dotando-as de recursos administrativos, físicos e financeiros e modernizando o funcionamento do Sistema Confea/Crea/Mútua.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS

Fiscalizar e defender o S.M.P. por meio do apoio às entidades sindicais, estabelecendo parcerias e realizando ações que visem à reformulação da legislação e à aplicação do piso salarial aos estatutários, ampliando e estendendo direitos a todas as categorias e níveis profissionais do Sistema.

REDUÇÃO DOS VALORES DE TAXAS EXCESSIVAS

Alterar a legislação e implantar a ART única.

DESCENTRALIZAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA MÚTUA

Criar benefícios e garantir acesso a todos os profissionais do Sistema.

INFORMATIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Investir maciçamente na informatização do Sistema Confea/Crea/Mútua, aprimorando os mecanismos de Comunicação e implantar mídia nacional.



21 ENGENHEIRO CIVIL MELVIS BARRIOS JUNIOR

O Engenheiro Civil Melvis Barrios Junior é natural de Santana do Livramento. Mudou-se para Porto Alegre aos 11 anos de idade para cursar o Ensino Fundamental e Médio no Colégio Militar de Porto Alegre.

Graduou-se em Engenharia Civil pela PUC-RS no ano de 1985, sendo orador de sua turma. Iniciou suas atividades profissionais como sócio-gerente de empresa de Geotecnia e Fundações, segmento em que atuou por 15 anos.

Em nova sociedade, atuou como diretor técnico em empresa de Engenharia, executando obras civis nos segmentos industriais e comerciais por um período de dez anos.

Atualmente, exerce atividades de consultoria e perícias em Engenharia Civil. Neste período, ministrou diversos cursos de extensão, palestras técnicas e foi autor de vários artigos sobre as atividades de Engenharia.

ATIVIDADES EXERCIDAS NO SISTEMA CONFEA/CREA E MÚTUA

- Inspetor-chefe na Inspeção de Porto Alegre.
- Representante das Inspeções da Zonal Metropolitana.
- Conselheiro do CREA-RS.
- Diretor da Mútua-RS - Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA
- Presidente do Ibape-RS - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias
- Presidente da Abenc-RS - Associação Brasileira de Engenheiros Civis
- Conselheiro federal do CREA-RS junto ao Confea. No Conselho Federal, Melvis foi coordenador da Comissão de Controle e Sustentabilidade (CCSS) e coordenador adjunto da Comissão de Ética e Exercício Profissional (CEEP). Como conselheiro federal, Melvis defendeu causas importantes para nossas categorias, como a discussão e defesa da não abertura do mercado de trabalho para os profissionais estrangeiros, a ilegalidade da aplicação da licitação modalidade pregão para contratação de obras e serviços de Engenharia, redução dos valores das taxas de ART, ampla atribuição para o exercício profissional dentro da modalidade, entre outros temas.

PROJETOS DE GESTÃO

Temos consciência que uma boa gestão necessita atuar em vários ambientes para que possa, de fato, atender às demandas da comunidade profissional. Por isso, nosso projeto de gestão prevê ações em conjunto com entidades de classe, instituições de ensino, profissionais, conselheiros e inspetores, além dos poderes públicos que interagem com o CREA-RS. São esses fatores que nos direcionam a um processo contínuo de mudanças a serem implantadas internamente, como processos administrativos e operacionais mais ágeis e dinâmicos para que nossos usuários sejam atendidos de forma mais rápida e eficaz. A seguir, algumas das nossas propostas:

↻ GESTÃO DO CONSELHO

- Implementação de um amplo programa de digitalização das atividades administrativas e processuais, visando à agilidade nos procedimentos e economia de custo operacional.
- Ampla reformulação administrativa, implantando um novo Plano de Cargos e Salários e novo Organograma Funcional.
- Otimização dos espaços físicos do prédio-sede do Conselho, melhorando as condições de estacionamento para os profissionais em atendimento.
- Melhorias na Gerência de Fiscalização, com qualificação constante dos agentes fiscais e amplo suporte técnico por profissionais da modalidade.
- Emissão de carteira profissional e de identidade pelo CREA-RS em um prazo máximo de 03 dias.
- Maior agilidade na análise e emissão de Atestados Técnicos (CAT), objetivando atender de forma rápida e segura às demandas nessa área.
- Ampla e irrestrita defesa dos profissionais e empresas registrados no Conselho, perante atuação abusiva e parcial de outras instituições e agentes públicos.

↻ INSPETORIAS

- Criação das Inspeções de Alvorada, Canela/Gramado e Porto Alegre Zona Sul.
- Implantar um amplo processo de descentralização e autonomia financeira e administrativa nas Inspeções.
- Novos procedimentos gerenciais, visando agilizar às demandas e necessidades.
- Adequação predial, de equipamentos e mobiliário nas sedes das Inspeções.
- Implantação de projeto-piloto em três Inspeções, da nova sistemática das Comissões Multimodalidade, reduzindo prazos processuais e diminuindo volume de processos nas Câmaras Especializadas.
- Maior interiorização com participação da presidência e diretoria em reuniões de Zonal e coordenadoria.
- Processo contínuo de treinamento e integração entre Comissões, inspetores, agentes fiscais, funcionários e conselheiros.

↻ ENTIDADES DE CLASSE

- Participação conjunta com as entidades e o CDER, em campanhas de ações sociais, comunitárias e de valorização profissional, integrando profissionais e sociedade.
- Reativar em conjunto com as Entidades de Classe o Programa de Atualização Profissional (PAP).
- Estruturar adequadamente o Núcleo de Apoio às Entidades de Classe, com o efetivo suporte jurídico e contábil.

↻ INSTITUIÇÕES DE ENSINO

- Criação do Colégio de Instituições de Ensino (CDIE) visando à atuação integrada entre o Conselho e as instituições formadoras de profissionais da área tecnológica.
- Estruturar adequadamente o Núcleo de Apoio às Instituições de Ensino, visando agilizar o registro de cursos e de formandos.
- Interagir junto ao meio acadêmico, com implantação de um programa de palestras e eventos referentes ao exercício profissional e à função institucional do Conselho.

CARGO
PRESIDENTE**CREA-RS**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Rio Grande do Sul**ELEIÇÕES DO SISTEMA
CONFEA/CREA E MÚTUA**

19 DE NOVEMBRO DE 2014



22 ENGENHEIRO CIVIL LÉLIO LUZARDI FALCÃO

IDENTIFICAÇÃO

Lélío Lizardi Falcão, brasileiro, casado, residente à Rua Princesa Isabel, 1409 - São Lourenço do Sul, RS - CEP 96.160-000 - Fone (53) 9981.0989 ou (51) 9124.4581 - E-mail: falcaoll@terra.com.br

FORMAÇÃO

- Técnico em Mecânica, pela Escola Técnica Federal de Pelotas, dezembro de 1974.
- Técnico em Transações Imobiliárias, pelo Centro Educacional de Niterói, Niterói, Rio de Janeiro, em junho de 1992.
- Engenheiro Civil pela Universidade Católica de Pelotas, em julho de 1979.
- Professor de Ensino de 1º e 2º Graus em Disciplinas Profissionalizantes, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, em agosto de 1988.
- Especialista em Projeto de Produto/Desenho Industrial, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em março de 1993.

ATIVIDADE PROFISSIONAL

- Professor da IFE Sul-Rio-grandense (então Escola Técnica Federal de Pelotas) desde março de 1977, nas disciplinas de Desenho Geométrico, Geometria Descritiva, Modelos e Maquetes, Materiais de Construção, Ergonomia, atualmente aposentado.
- Engenheiro Civil com diversas obras e serviços, em que se destacam o Pórtico sobre a RS 265 (São Lourenço do Sul) e a ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Rio Grande.

ATIVIDADES RELEVANTES

- Formação de jovens: membro do Movimento Escoteiro desde 1965.
- Atividades ligadas ao desenvolvimento: presidente da Associação Comercial e Industrial de São Lourenço do Sul, membro do PRO-

SUL, da Coordenadoria da Região IX da Fiergs/Ciergs, membro de três diretorias do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (Coredesul); primeiro secretário-executivo do Programa Mar de Dentro; Secretário do PRÓ-Mesosul, coordenador do III Seminário do Setor Florestal (2002), do 1º Seminário Internacional de Rochas Ornamentais (2002) e colaborador na estruturação do Plano de Ação para a Mesosul, coordenando as reuniões de validação em Camaquã e Palmares do Sul.

- Qualificação de Trabalhadores: colaborador nos Planos de Qualificação Profissional (PlanSeqs) para o Ministério do Trabalho e Emprego (Superintendência RS) nas áreas de Construção Naval, Construção Civil, Silvicultura e Indústria de Base Madeireira.

ATIVIDADES ATUAIS

- Presidente da Assenar (licenciado)
- Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores do Mar de Dentro (licenciado)
- Vice-presidente da Associação das Águas (AÁguas) (licenciado)
- Presidente da Associação Força Verde (licenciado)
- Secretário de Meio Ambiente e Ecologia da Força Sindical RS (licenciado)
- Integrante do Conselho Deliberativo do Fórum Democrático (titular), da ALRS, coordenando o GEAD Sustentabilidade Ambiental (licenciado)
- Coordenação do SINDNAPI RS (licenciado)
- Membro titular do Conselho Estadual da Habitação RS (licenciado)
- Membro suplente da Comissão de Trabalho e Emprego (licenciado)
- Conselheiro do CNTU (licenciado)
- Sócio-Gerente da Empresa L. A. & L. Consultoria e Planejamento Ltda. (licenciado)
- Presidente do IAFSMPOA (licenciado).

PROGRAMA DE TRABALHO

TEMAS GERAIS

- ◉ Focar a fiscalização do CREA-RS na valorização profissional.
- ◉ Ampliar a atuação do CREA-RS junto ao processo de formação profissional - técnicos, nível superior e pós-graduação.
- ◉ Garantir maior apoio às Entidades de Classe, em especial as pequenas, para que todas possam estar incluídas no Sistema Confea/Crea e Mútua.
- ◉ Maior inserção do CREA-RS na vida política e econômica do Estado do Rio Grande do Sul.

ESPECÍFICOS

- ◉ Participar com representação nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado, contribuindo para a solução de um dos mais graves problemas do Estado.
- ◉ Acompanhar a atualização do Marco Regulatório da Mineração (nacional) e colaborar na retomada da mineração no Estado, que não tem mais a Secretaria de Minas e Energia e enfrenta graves dificuldades no setor.
- ◉ Atuar na valorização da Silvicultura, considerando as grandes vantagens do Estado diante de países tradicionalmente atuantes no setor (Hemisfério Norte).

- ◉ Impulsionar fortemente o setor de energia, em especial as PCHs, PCTs (biomassa), eólica e outras, garantindo autossuficiência na geração (mínimo).
- ◉ Resgatar para os profissionais do Sistema Confea/Crea o protagonismo nas ações ambientais.
- ◉ Acompanhar as ações de Planejamento Regional - Urbano e Rural, considerando as novas demandas de uma civilização de baixo carbono.
- ◉ Cobrar maior eficiência e eficácia nos projetos e obras de infraestrutura no Estado.
- ◉ Participar de forma mais ativa junto ao sistema de ensino, formal e informal.
- ◉ Acelerar o processo de organização da Engenharia Social junto às prefeituras e aos demais órgãos onde ela deva estar inserida.
- ◉ Propugnar pela Engenharia como Função de Estado, considerando sua relevância para a geração de emprego e renda.
- ◉ Acompanhar as ações na área da inovação no setor - produção de alimentos, habitações, comunicações, energia, etc.



23 ENGENHEIRO AGRÔNOMO JUAREZ MORBINI LOPES

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação - Engenheiro Agrônomo, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- Especialização: Poultry Science - University of Georgia (EUA)
- Mestrado - Produção Animal (UFSM)
- Doutorado - Institut National de la Recherche Agronomique (França)

ATIVIDADE PROFISSIONAL

- Professor titular aposentado da UFSM após 35 anos de serviço
- Postos ocupados na UFSM:
- Professor dos cursos de Agronomia, de Medicina Veterinária e de Zootecnia
- Coordenador do Setor de Avicultura do Departamento de Zootecnia
- Coordenador do Departamento de Zootecnia
- Coordenador do Curso de Agronomia por duas gestões
- Membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSM
- Membro do Conselho Universitário da UFSM

OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- Consultor Técnico da JML Consulting para diversas empresas brasileiras do setor de produção de aves e suínos.

- Diretor Técnico da Austral Aditivos (produtos para alimentação animal).

ENTIDADES DE CLASSE

- Presidente da Sociedade de Agronomia de Santa Maria (SASM) por duas gestões.
- Membro da Comissão de Agronomia da Inspeção do CREA-RS em Santa Maria.
- Coordenador Regional do X EEESEC, realizado em Santa Maria, em 2009.

ATIVIDADES NO CREA-RS

- Conselheiro Regional da SASM no CREA-RS, atualmente na segunda gestão.
- Coordenador da Comissão de Convênios por dois períodos.
- Coordenador da Câmara de Agronomia por duas gestões.
- Vice-presidente do CREA-RS.

ATIVIDADES NO CONFEA

- Coordenador Nacional das Câmaras de Agronomia por duas gestões.
- Representante dos Coordenadores de Câmaras Nacionais na Consoea.

PROGRAMA DE TRABALHO

Este programa de trabalho é estabelecido como compromisso de realizações do candidato Engenheiro Agrônomo Juarez Morbini Lopes para a gestão do CREA-RS 2015/2017.

Pela maior segurança e desenvolvimento na atuação dos profissionais da Engenharia e da Agronomia, quanto a:

⇨ AÇÕES NORMATIVAS E REGULAMENTADORAS

- Promover reuniões de treinamento para os funcionários e fiscais das Inspetorias, de modo a se obter uniformização de procedimentos, com a divulgação de Resoluções, Normas, Decisões Plenárias, ordens de serviço, e outros meios legais, com a finalidade de evitar multiplicidade de informações aos profissionais do Sistema.
- Aprimorar o trabalho das Comissões Profissionais nas Inspetorias, objetivando facilitar o trabalho das Câmaras nas tomadas de decisões.

⇨ AÇÕES CONTENCIOSAS DE ÚLTIMA INSTÂNCIA

- Melhorar a tramitação processual dentro do sistema, de modo a fornecer respostas mais imediatas aos interessados.

⇨ AÇÕES PROMOTORAS DO EXERCÍCIO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

- Melhorar o sistema de informatização através da nova base informática, com vistas a agilizar todos os processos de registro de ARTs, de profissionais e de empresas, bem como auxiliar o trabalho de fiscalização e tramitação nas Câmaras Especializadas.
- Estimular as Câmaras Especializadas para organizar reuniões técnicas, simpósios e mesmo congressos técnicos visando ao aprimoramento profissional.
- Promover maior interação entre Inspetorias e a Sede Central, através de reuniões periódicas.
- Dar continuidade ao trabalho de fiscalização atualmente efetuado, com ênfase em Programas Intensivos de Fiscalização, bem como o estabelecimento de convênios com órgãos públicos municipais e estaduais para programas integrados de fiscalização.

⇨ AÇÕES INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

- Aquisição de novos equipamentos para as atividades de fiscalização, de modo a facilitar e estimular o trabalho dos funcionários.
- Aquisição de sedes próprias em cidades que possuem Inspetorias alugadas, e adequação imediata daquelas que deverão passar por reformas para atender às normas de acessibilidade.
- Implantação do novo Plano de Cargos e Salários, visando reduzir distorções de remuneração entre funcionários que possuem mesmas atribuições.
- Estimular maior participação do Conselho em comissões de atividades ligadas ao Sistema, principalmente na Assembleia Legislativa Estadual, municípios e no Governo do Estado.
- Apoiar as Entidades de Classe nas suas mais diversas atividades, com ênfase em cursos de aprimoramento profissional, através do CDER.
- Criação de Assessoria Parlamentar que tenha efetiva participação nos temas de importância para o Sistema e também atue junto ao Confea para resolução de assuntos de interesse do CREA-RS.
- Dar apoio à Mútua no sentido de fortalecimento da proposta daquela entidade para a construção de um local que possa hospedar conselheiros e associados quando de passagem pela Capital.
- Estabelecimento de Grupos de Trabalho com finalidades específicas para resolução de problemas relativos às atividades dos profissionais do Sistema.

⇨ AÇÕES INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO

- Dar ampla divulgação às atividades do Conselho de modo que a sociedade seja informada das ações empreendidas.
 - Maior aproximação do CREA-RS com as instituições de ensino, principalmente aos assuntos relacionados à formação dos futuros profissionais, além de palestras institucionais para informação sobre ética e atribuições dos egressos das IEs de nível superior e médio.
- ⇨ ABRIGAR OUTRAS PROPOSTAS, SUGESTÕES E INDICAÇÕES DE AÇÕES PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA.



41 ENG. CIVIL E SEGURANÇA DO TRABALHO GILMAR AMARAL PIOVEZAN

Gilmar Amaral Piovezan, Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho, formado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 1981, reside e tem suas atividades profissionais na cidade de Santa Maria, onde mantém desempenho profissional atuante na área da Engenharia Civil e de Segurança do Trabalho.

Atualmente licenciado, ocupa o cargo de diretor-geral da Mútua-RS; foi inspetor-chefe, secretário e tesoureiro da Inspeção de Santa Maria, coordenador da Zonal Central e conselheiro suplente da Câmara de Engenharia Civil do CREA-RS.

É membro da Sociedade de Engenharia de Santa Maria. Nos anos de 2006 a 2008, foi diretor administrativo da Mútua-RS, período em que foi adquirido o prédio próprio e instalada a atual sede da Mútua-RS.

PROGRAMA DE TRABALHO

⇒ 1. Dar continuidade a projetos e ações iniciados na atual gestão (2012-2014) como diretor-geral da Mútua-RS, tais como:

1.1. Promover a defesa da instituição e das suas finalidades, com a ampliação do processo de descentralização administrativa e financeira das Mútuas estaduais.

1.2. Promover parcerias entre Mútua e Crea, na implantação de ações e programas para a capacitação e valorização dos profissionais.

1.3. Implantação da flexibilização da comprovação de renda para a concessão de benefícios, o que possibilitou o acréscimo em mais de 200% na concessão de benefícios.

1.4. Implantação da “Casa da Mútua” na cidade de Porto Alegre, projeto com mérito já aprovado pela Direção Nacional, prédio com estimativa de 30 flats para hospedagem dos profissionais associados, com diária a preço de custo. Esta implantação dar-se-á por chamada pública ainda durante o ano de 2014.

1.5. Interiorização da Mútua-RS, com o Programa “Mútua no Interior”, o qual consiste na ida de funcionários da Mútua para atender aos profissionais nas Inspetorias.

1.6. Estabelecer convênios e parcerias com entidades, instituições e cooperativas para possibilitar o acesso a novos produtos e benefícios aos associados da Mútua.

⇒ 2. Implantar novo benefício reembolsável para aquisição de bens imóveis, com o aumento do teto para 160 salários mínimos e prazo de restituição em até 60 meses.

⇒ 3. Implantação da área de serviços de saúde nos 3º e 4º pavimentos do edifício-sede em Porto Alegre.

⇒ 4. Realizar parcerias e convênios com entidades profissionais, para propiciar a capacitação dos profissionais através de cursos técnicos na Capital e no interior do Estado.

⇒ 5. Realizar parcerias e convênios com o CREA-RS, para atender a todos os funcionários do sistema com previdência privada (Tecnoprev), aos moldes dos concedidos aos funcionários da Mútua, do Confea e de outros CREAs.



51 ENGENHEIRO AGRÔNOMO LUIZ CLAUDIO ZIULKOSKI

FORMAÇÃO

- Engenheiro Agrônomo graduado em 1973 pela Universidade Federal de Pelotas - RS.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- Engenheiro Agrônomo na Prefeitura Municipal de Guaíba.
- Responsável Técnico de sua Empresa de Assistência Técnica e Crédito Rural (SETAG), perito judicial da Comarca de Guaíba.
- Conselheiro do Comitê de Gerenciamento do Lago Guaíba.
- Conselheiro do Plano Diretor de Guaíba e do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Professor Estadual na disciplina de Técnicas Agrícolas.

ATIVIDADES CLASSISTAS

- Presidente da Sociedade de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Guaíba por dois mandatos.
- Inspetor-chefe da Inspeção do CREA-RS de Guaíba.
- Representante da Zonal Metropolitana das Inspeções do CREA-RS.
- Vice-coordenador das Inspeções do CREA-RS.
- Conselheiro federal suplente do Confea.
- Conselheiro regional do CREA-RS.
- Coordenador da Câmara de Agronomia do CREA-RS.

OUTRAS ATIVIDADES

- Secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Guaíba durante três gestões.
- Secretário municipal de Obras e Viação de Guaíba durante duas gestões.
- Vereador de Guaíba em três legislaturas.

PROGRAMA DE TRABALHO PARA MÚTUA 2015-2017

Continuar o posicionamento da diretoria atual e anteriores da Mútua-RS nos seguintes pontos:

- ⇒ Otimizar o processo de descentralização administrativa e financeira das Caixas Regionais.
- ⇒ Implantar novos produtos que venham beneficiar diretamente os associados e comunidade de profissionais do RS, valorizando também os que registram ART e contribuem financeiramente com a Mútua-RS.
- ⇒ Trabalhar para a criação da Casa da Mútua em Porto Alegre, projeto em andamento da atual diretoria regional, propiciando hospedagem barata em Porto Alegre para os associados da Mútua.
- ⇒ Continuar o processo de localização no prédio-sede da Mútua RS, de academia Pilates, consultório odontológico, consultório médico e Sala Vip para uso de associados quando a trabalho em Porto Alegre.
- ⇒ Continuar o processo de viabilização de parceria com entidades de classe de Porto Alegre para sua localização no prédio-sede, em troca de associatividade de seus associados à Mútua.

- ⇒ Estabelecer convênios e parcerias com Entidades de Classe, viabilizando seus projetos, divulgando a Mútua-RS e seus produtos e aumentando o quadro de associados.
- ⇒ Valorizar a parceria com cooperativas, no sentido de viabilizar novos produtos e serviços para os associados da Mútua-RS.
- ⇒ Trabalhar politicamente em nível nacional para pleitear um dirigente gaúcho na Mútua nacional, na eleição de agosto de 2015.
- ⇒ Otimizar a parceria com o CREA-RS no sentido de valorizar as duas instituições e unir esforços na busca de mais e maiores benefícios à comunidade profissional registrada no CREA-RS e associada à Mútua-RS.
- ⇒ Estabelecer uma nova linha de seguros de vida, de patrimônio e de carros, em condições favoráveis aos associados da Mútua-RS.
- ⇒ Estabelecer novas parcerias para viabilizar aquisição de produtos como carros, bens de consumo duráveis e outros, pelos associados da Mútua-RS.
- ⇒ Estabelecer convênios e parcerias com Entidades de Classe, viabilizando cursos de atualização para profissionais.

**52** ENG. OPERACIONAL MECÂNICA E ENG. SEG. DO
TRABALHO ALFREDO REINICK SOMOROVSKY**DADOS PESSOAIS**

Nascido em Porto Alegre, aos 13 dias de março de 1948, filho de Ondrej Somorovsky e de Edy Terezinha Somorovsky, portador da carteira de identidade nº 1.007.114.687 SSP-RS, do CIC 108.268.900/91, casado, três filhos. Empresário, atuando como perito judicial e assessor de empresas.

- Engenharia Operacional Mecânica - Concluído em 12.12.75 na PUC-RS.
- Engenharia Mecânica Plena - Concluído em 29.12.84 na PUC-RS.
- Engenharia de Segurança do Trabalho - Concluído em 22.01.86 na PUC-RS.
- Zivi Hercules S/A, de 08.05.68 a 30.09.68, setor de estatística.
- Farmácia Flórida Ltda., de 1º.10.68 a 31.03.69, empresa familiar.
- Stihl S/A, de 1º.04.69 a 21.05.70, atendimento nas áreas de vendas e oficina mecânica.
- Guaíba Distribuidora Industrial Ltda., de 22.05.70 a 21.10.74, gerente de loja, supervisor de vendas, manutenção e assistência técnica de máquinas comercializadas.
- Sulmáquinas Ltda., de 1º.11.74 a 30.04.75, supervisor de vendas, manutenção e assistência técnica de máquinas comercializadas.
- Metalúrgica Abramo Eberle S/A, de 06.05.75 a 14.10.76, área de vendas.
- Cinteia - Cia. Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, de 15.10.76 a 26.12.95, admitido como Engenheiro Mecânico, assumiu os seguintes cargos: Seção de Inspeção de Máquinas, Departamento de Oficina Central, Assessoria à Diretoria na Área de Segurança do Trabalho.
- Archel Engenharia S.A, de 15.07 a 1º.10, admitido como Engenheiro de Segurança do Trabalho, auditor responsável pela área de SMS no canteiro da duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini da Petrobras.
- Engenheiro de Segurança do Trabalho, atuando como consultor, efetuando mais de 2.000 perícias de insalubridade e pe-

riculosidade na Justiça do Trabalho, desde 1987, para as varas de Porto Alegre, e de Cachoeirinha.

- Diretor da EX3 Engenharia Ltda. Atuando em trabalhos de consultoria, assessoramento e fiscalização de empresas e obras, dentre outras, as empresas: Construtora Tedesco Ltda. (mais 30 grandes obras, como Feevale, Zero Hora), CP Eletrônica Ltda., DSB Manutenção, Projetos, Sinalização Ltda., Encorp Engenharia Ltda., Fedex Federal Express Corporation, Grupo PDG, IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda., LOTTICI Incorporação e Construção Ltda., Multiplan (BarraShopping), Nacional Engenharia Ltda. (Shopping Viva Open Mall e Federação Gaúcha de Futebol), S.C. Internacional e Andrade Gutierrez (modernização do Beira-Rio), Tecon Tecnologia em Construções Ltda. (Fórum Central), CMPC Celulose Riograndense.
- Assistente Técnico de empresas e escritórios de advocacia em perícias trabalhistas e cíveis, tendo exercido os seguintes cargos: Presidente da Ascintea - Associação dos Servidores da Cinteia - Cia. Intermunicipal de Estradas Alimentadoras. Conselheiro do CREA-RS pela Sociedade de Engenharia do RS (Sergs) na Câmara Industrial. Conselheiro do CREA-RS pela Ares na Câmara de Segurança do Trabalho. Primeiro coordenador da Câmara de Segurança do Trabalho. Conselheiro da Sociedade de Engenharia do RS (Sergs). Presidente da Associação Sul-Rio-grandense de Engenharia de Segurança do Trabalho (Ares); Conselheiro da Associação Sul-Rio-grandense de Engenharia de Segurança do Trabalho (Ares); Diretor da Associação Sul-Rio-grandense de Engenharia de Segurança do Trabalho (Ares); Diretor da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest). Diretor da Associação Latino-Americana de Engenharia de Segurança do Trabalho (AIEST). Diretor da Associação Nacional de Docentes de Engenharia de Segurança do Trabalho (Andest). Professor do Curso de Esp. em Engenharia de Segurança do Trabalho na UFRGS e Ulbra; Diretor administrativo da Mútua.

PROGRAMA DE AÇÕES

- ⇒ Manter a Diretoria Administrativa aberta para receber tanto os associados como suas reivindicações e ideias, porque ninguém faz nada sozinho.
- ⇒ Dar continuidade ao programa de descentralização administrativa da Mútua-RS.
- ⇒ Lutar pela criação da casa do mutuário em Porto Alegre, que será um hotel com hospedagem com menor custo para os associados da Mútua.
- ⇒ Planejar lançamentos de novos produtos que venham a beneficiar os associados, tais como seguros de vida, de carro e de patrimônio.
- ⇒ Estudar benefícios especiais em produtos da Mútua para profissionais que registram ART.
- ⇒ Efetuar estudo de melhor aproveitamento do prédio da Mútua implantando novos benefícios em parcerias, tais como: consultoria odontológica, oftalmológica e academia de cultura física, entre outras.
- ⇒ Viabilizar a projetada sala VIP para profissionais no prédio-sede da Mútua-RS, para, assim, poderem ter um

workshop a fim de realizar suas atividades profissionais na Capital.

- ⇒ Interagir com as Entidades de Classe visando saber das necessidades de seus associados para posterior estudo de viabilidade e implantação das mesmas.
- ⇒ Interagir com as Entidades de Classe estabelecendo parcerias de benefícios e responsabilidades mútuas, com vistas a ampliar a associatividade da Mútua.
- ⇒ Fazer com que as Entidades de Classe usufruam plenamente das instalações do prédio-sede da Mútua.
- ⇒ Incrementar e valorizar a parceria com cooperativas, no sentido de viabilizar novos produtos e serviços para os associados da Mútua.
- ⇒ Lutar junto às Direções da Mútua e do CREA-RS para um restabelecimento das relações sociais e financeiras e, assim, efetuar novas parcerias.
- ⇒ Otimização dos produtos reembolsáveis da Mútua, por meio de ampliação do prazo de pagamento e diminuição de parcelas mensais.



61 ENG. OP.-MECÂNICO E SEG. DO TRABALHO PAULO DENI FARIAS

- Engenheiro Mecânico
- Engenheiro Operacional Mecânico
- Engenheiro de Segurança do Trabalho
- Técnico Industrial Mecânico
- Conselheiro da Câmara Industrial do CREA-RS, representando a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs) 2005 - 2013
- Coordenador adjunto da Câmara Industrial do CREA-RS - 2009
- Coordenador da Câmara Industrial do CREA-RS - 2010 e 2012
- Representante de Plenário do CREA-RS na Coordenadoria Nacional das Câmaras de Engenharia de Segurança do Trabalho 2010-2011
- Coordenador nacional das Câmaras Industriais do Sistema Confea/Crea 2012
- 1º vice-presidente do CREA-RS - 2013
- Vice-presidente da Abemec-RS - 2013-2014
- Diretor técnico da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho (Anest) 2010- 2012
- Ex-membro do Comitê Permanente Regional (CPR-RS) (NR-18) Representante da Fiergs

- Ex-conselheiro do Conselho das Relações do Trabalho e Previdência (Contrab) Fiergs
- Coordenador do Grupo de Estudo do Ambiente do Trabalho (GEAT) Contrab/Fiergs 2009 -2010-2011
- Coordenador da Bancada Patronal da CNTT - NR-12 (Representante da CNI) 2008-2013
- Consultor de Empresas (Mecânica e Segurança do Trabalho)
- Ex-diretor do Sindicato das Indústrias do Material Plástico (Sinplast) RS
- Ex-diretor da Associação das Indústrias de Ponta do Polo Petroquímico do RS (Ainpergs)

REGISTROS

CREA-RS 11635 | Confea 2200017456 | Ibama 127951

CONTATOS

paulo@safeengenharia.com.br
www.safeengenharia.com.br
(51) 9975.6682 | (51) 3268.6284

PROPOSTA DE GESTÃO PARA A DIRETORIA FINANCEIRA DA MÚTUA - PERÍODO 2015-2017

Assumo o compromisso com as ações que desenvolverei na Diretoria Financeira da Mútua, que destaco a seguir:

⇒ AÇÕES REGIONAIS

- Continuidade da gestão transparente dos recursos da Mútua-RS.
- Fortalecimento do Plano de Saúde Mútua+Creacred, implantado em 2010 na Mútua-RS. Destaque-se que a Mútua Nacional foi e continua sendo contra este plano de saúde.
- Fortalecimento do Plano Odontológico Mútua+Creacred, implantado em 2011 na Mútua-RS.
- Análise e liberação dos benefícios reembolsáveis com prazo de até 72 horas contadas da entrega da documentação pelo associado.
- Execução das obras de adaptação do edifício-sede ampliando os espaços de atendimento aos profissionais (projeto já licitado).
- Retomada da instalação de NAPs.
- Convênios com Entidades de Classe em todos os campos e nas formas permitidas por lei.
- Aprovar o projeto Casa da Mútua em Porto Alegre, em processo inicial de licitação, viabilizando local de hospedagem mais barata para sócios da Mútua.
- Inserir no projeto Casa da Mútua a viabilização de um centro de convenções ligado à edificação, que permita a realização de encontros promovidos pelas Entidades de Classe e pelo CREA-RS. As plenárias do CREA-RS poderão ser realizadas neste prédio.
- Aproximar a Mútua do CREA-RS e vice-versa.
- Incentivar parcerias com Entidades de Classe com registro no CREA-RS, como forma de viabilizar o crescimento associativo da Mútua e o incremento de projetos das entidades.
- Viabilizar espaço físico para Entidades de Classe no prédio-sede da Mútua, estabelecendo como contrapartida para as entidades o compromisso de aumentar a associatividade da Mútua.

- Incrementar novos produtos para os associados, como seguros de vida, patrimonial e veículo.
- Viabilizar já para 2014 a localização de novos benefícios para os associados da Mútua no prédio-sede, como consultório odontológico, consultório médico, Academia Pilates e área de convivência VIP.
- Fortalecer as parcerias com cooperativas de crédito e de consumo, formadas por profissionais com registro no CREA-RS e associados da Mútua.
- Otimizar a carteira de produtos reembolsáveis, encontrando soluções administrativas que os tornem mais atrativos do que são para os associados.

⇒ AÇÕES NACIONAIS

- Defesa intransigente da descentralização administrativa da Mútua-RS com a implantação do contrato de gestão, conforme estabelecido no regimento interno.
- Defesa da regulamentação das representações da Mútua junto às Inspetorias do CREA-RS.
- Defesa da criação de benefícios parcialmente reembolsáveis conforme previsto na lei.
- Defesa da participação de um diretor regional na Diretoria Executiva (Direx).
- Defesa da mudança nos critérios de definição do limite dos benefícios reembolsáveis, vinculando a renda do associado ao valor da prestação e não ao valor do benefício, como é e sempre foi praticado pela Mútua-RS.
- Defesa da extensão de benefícios reembolsáveis e prestações, que compõem linhas de crédito com juros e correção monetária, a todos os profissionais registrados nos Creas (conforme art. 4º e art. 12 da Lei 6496/77), em particular aqueles que registram ART.

CARGO
DIRETOR FINANCEIRO



MUTUA-RS
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA



**ELEIÇÕES DO SISTEMA
CONFEA/CREA E MÚTUA**

19 DE NOVEMBRO DE 2014

**62 ENGENHEIRO FLORESTAL
LUIZ ERNESTO GRILLO ELESBÃO**

TENDO EM VISTA QUE O CANDIDATO NÃO APRESENTOU O CURRÍCULUM VITAE E O PROGRAMA DE TRABALHO POR OCASIÃO DO REGISTRO DE CANDIDATURA, DEIXAMOS DE PUBLICÁ-LOS EM CUMPRIMENTO AO REGULAMENTO ELEITORAL.



63 ENG. CIVIL E MECÂNICO ALBERTO STOCHERO

CREA-RS 078287

DN: 28.01.1954

Endereço: Av. Coronel José Gay, 53 - Bairro Oliveira - 98801-330 - Santo Ângelo (RS)

Contatos: (55) 3312-3091 - 99616086 framal@terra.com.br

FORMAÇÃO

- Engenheiro Industrial Mecânico - URI - Conclusão: 1992
- Engenheiro Civil - URI - Conclusão: 2000

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- Empresário em Santo Ângelo (RS) há 35 anos na área de Comércio e Indústria de Móveis.
- Empresas: Stochero Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (Avenida Coronel José Gay, 53) Framal Comércio de Móveis Ltda. - Todeschini Móveis Planejados (Rua Antunes Ribas, 904).
- Professor desde 1990.

ATUAÇÃO JUNTO À ENTIDADE

- Presidente da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo (Senasa): de 2007 a 2010.
- Vice-presidente da Senasa de 2011 a 2014.
- Conselheiro da Câmara Civil do CREA-RS: segundo mandato.
- Coordenador da Comissão de Convênios por 2 mandatos.
- 2º vice-presidente do CREA-RS por 2 gestões: 2013 e 2014.
- Vice-presidente da CDL - Santo Ângelo: de 2010 a 2012.

**TENDO EM VISTA QUE O CANDIDATO NÃO APRESENTOU
O PROGRAMA DE TRABALHO POR OCASIÃO DO REGISTRO
DE CANDIDATURA, DEIXAMOS DE PUBLICÁ-LO EM
CUMPRIMENTO AO REGULAMENTO ELEITORAL.**

ESPECIAL SOEA 2014 - TERESINA



A delegação gaúcha, composta pelo presidente, diretoria, conselheiros, representantes de Zonais e do Colégio de Entidades Regionais do Rio Grande do Sul (CDER-RS) e inspetores, participou da 71ª Soea em Teresina, no Piauí

Gaúchos são homenageados na cerimônia de Láurea ao Mérito na 71ª SOEA



A homenagem de Aita foi recebida pelo Engenheiro Civil e advogado Ubirajara Flores, seu ex-aluno e representante da família. Abaixo, recebendo homenagem na Inspeção de Santa Maria



O professor doutor Jorge Dariano Gavronski, filho de Eros Farias Gavronski, recebeu a honraria em nome do pai

A entrega da Medalha e a inscrição no Livro do Mérito são os momentos que mais comovem parentes e amigos dos profissionais homenageados pelo Sistema Confea/Crea. Não foi diferente na solenidade de abertura da 71ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (Soea), que ocorreu entre os dias 12 e 15 de agosto, em Teresina, no Piauí. Diante de um público de 3 mil pessoas, o Instituto Militar de Engenharia e 23 profissionais receberam as honrarias do Sistema Confea/Crea e Mútua em 2014, sendo selecionados entre as 99 indicações enviadas pelos Conselhos Regionais e por entidades nacionais à Comissão do Mérito do Confea. Do Rio Grande do Sul, foram homenageados dois profissionais gaúchos, o Engenheiro Civil Wilson Aita e o Engenheiro de Minas Eros Farias Gavronski.

LIVRO LÁUREA DO MÉRITO

“Cada homenageado ajudou e ajuda a transformar o planeta em um mundo melhor. A todos, os nossos sinceros agradecimentos pela atuação a favor da consolidação das profissões do Sistema, que oportuniza o reconhecimento do trabalho que realizaram e realizam”, abre o Livro Láurea ao Mérito, o qual apresenta esses profissionais homenageados.

Para o Engenheiro Civil e advogado Ubirajara Flores, que representou a família do Engenheiro Civil Wilson Aita (1921-2013), a inscrição dos homenageados póstumos no Livro Lâurea ao Mérito 2014 é uma honra “para mim e para toda a cidade de Santa Maria, que conhece o trabalho do Eng. Aita. Ele tinha um grande conhecimento técnico, além de ter sido uma pessoa muito correta e humanitária. Foi meu professor. Ele era muito amigo dos alunos”, contou o Engenheiro. Segundo ele, a homenagem é grandiosa, e a família ficará muito feliz, porque é um evento que reúne mais de 3 mil pessoas.

MEDALHA DO MÉRITO

Para uma família de Engenheiro, o reconhecimento do Sistema Confea/Crea é uma emoção à parte. Graduado pela Escola da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em *Geological Administration* pelo Geological Survey Department, nos Estados Unidos, Eros Farias Gavronski foi um dos incentivadores do curso de Geologia no Sul do País. O reconhecimento, que já existe na Geologia e na Engenharia de Minas em relação ao seu trabalho pioneiro, agora está definitivamente documentado para a história com a entrega da Medalha do Mérito.

Impossibilitado de comparecer, devido à idade avançada, seu filho, o professor doutor Jorge Dariano Gavronski, também Engenheiro de Minas, o representou na cerimônia.

“É um reconhecimento de um profissional com mais de 60 anos de trabalho. Ele é Engenheiro de Minas, formado na primeira turma da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lecionou tanto na Engenharia de Minas quanto na Geologia. Foi um dos fundadores do curso de Geologia, nos anos 1950”, afirmou seu filho, que também foi um dos coordenadores da Câmara de Geologia e Engenharia de Minas do CREA-RS.

Há mais de cinco décadas, o Sistema Confea/Crea promove anualmente essa homenagem. Os profissionais gaúchos foram indicados pelo CREA-RS.

Trabalho gaúcho é premiado no I Contecc 2014

“Análise do nível de satisfação dos professores da área tecnológica em relação ao CREA-RS visando à proposição de inovações de serviços” é o título do trabalho de profissionais com registro no Conselho gaúcho selecionado para o Congresso, que ocorreu durante a 71ª Soea. Os 19 anos em que participa do Sistema Confea/Crea levaram o Eng. Florestal e professor Pedro Roberto Madruga a estudar a relação dos professores com o CREA, acompanhado por outra autora do trabalho, a inspetora-secretária de Alegrete, a Eng. Civil Adriana Salbergo. A base de estudo foi a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

“Temos observado que existe um distanciamento entre os órgãos de regulamentação profissional e instituições de ensino superior (IES). Além disso, as legislações do MEC e do Sistema são conflitantes no que se refere à exigência de registro de profissionais no Conselho. E temos de considerar, pois as IES são as maiores formadoras de profissionais da área tecnológica”, explica o professor Madruga. Conforme ele, foi criado um questionário no sentido de saber qual era o nível de satisfação dos professores. O objetivo era determinar o grau de satisfação, com relação ao Sistema Confea/Crea, dos professores e técnicos administrativos de nível superior vinculados aos cursos de Engenharia Agrícola, Civil, Elétrica, Mecânica, Telecomunicações, Engenharia de Software, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. Para o professor Madruga, é preciso tentar entender o resultado da pesquisa. “É fundamental olharmos para os alunos, porque eles vão se tornar profissionais e têm de sair das universidades sabendo o que é o CREA”, avalia. O Engenheiro lamenta ainda o fato de vários profissionais saírem da universidade sem saberem qual é o papel do Conselho.

CONCLUSÃO

O resultado do trabalho aponta que o tema merece uma reflexão com várias inovações, como a criação de um grupo de trabalho com a participação de professores e alunos para disseminar as informações da importância do Conselho; participação de representantes do CREA-RS em seminários, congressos, semana acadêmica e eventos realizados pelos cursos da área tecnológica; efetivar a representação junto ao Conselho gaúcho. A sugestão ainda é que o CREA-RS, por meio de Portaria, crie uma unidade de apoio às IES.

Bem elogiada durante a apresentação do trabalho, segundo o professor Madruga, a sistemática deve ser aplicada em outros Crea. Além

disso, os dois professores foram convidados a participar da Semana Acadêmica da Universidade Federal do Maranhão. De acordo com a organização do Contecc, foram recebidos 280 trabalhos de Agronomia, 112 de Engenharia Civil, 67 de Engenharia Elétrica e 58 de Engenharia Química. Engenharia Mecânica, Geologia, Agrimensura e projetos de Educação e do Sistema Confea/Crea totalizam 46 inscritos.



Eng. Civil Adriana Gindri Salbergo e Engenheiro Florestal e professor Pedro Roberto Madruga

Conselho e Secretaria Estadual de Obras Públicas firmam **parceria**

Reunidos, o presidente do CREA-RS, Eng. Luiz Alcides Capoani, e o titular da Secretaria Estadual de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP), Eng. Eduardo Medeiros, assinaram um Termo de Cooperação Técnica para a realização de esforços em conjunto nas áreas de projetos, licitação e fiscalização da execução dos contratos e a troca de informações e dados sobre a regularidade profissional dos respectivos responsáveis técnicos, com a criação de um canal de comunicação permanente entre o Conselho gaúcho e a SOP para a proposição de ações conjuntas institucionais nas respectivas áreas de atuação. A assinatura ocorreu em agosto na sede da SOP.

De acordo com o secretário Eng. Eduardo Medeiros, o acordo irá dar mais credibilidade e segurança na execução e fiscalização das obras executadas pela Secretaria. “Este espaço está sendo aberto para que as obras realizadas em todo o Estado tenham o olhar da população, fazendo com que todos os cida-



A assinatura ocorreu em agosto na sede da SOP

dãos colaborem na fiscalização dos serviços. É um acordo que fortalece o CREA-RS e a Secretaria, para garantir a segurança da sociedade”, ressaltou Medeiros no ato de assinatura do convênio.

Além de também agradecer o estabelecimento do convênio, o Eng. Capoani destacou que, desde que assumiu o CREA-RS, sempre se pautou pelo estreitamento das relações com todos os órgãos públicos, como prefeituras, Tribunal de Contas, Ministério Público, a fim de garantir que todas as obras te-

nham um profissional habilitado, integrando profissionais e sociedade. “Entendemos ainda que convênios como este podem ser uma segurança para os gestores e os ordenadores de despesa, no sentido de garantir o preço justo e a responsabilidade técnica”, afirmou. Lembrou ainda a importância do preenchimento dos cargos técnicos nas secretarias públicas. “O conhecimento técnico dos profissionais habilitados contribui para a melhor qualidade dos serviços públicos”, avaliou.

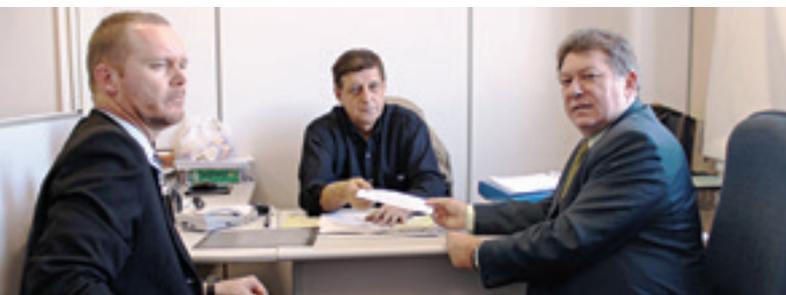
CREA-RS busca assento no Conselho Estadual de **Trânsito**

Com o objetivo de manter um representante no Conselho Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Centran-RS), o presidente do CREA-RS, Eng. Civil Luiz Alcides Capoani, reuniu-se, no início de setembro, com o presidente do órgão, Sérgio Renato Teixeira, acompanhado do assessor da Presidência Eng. Civil Daniel Weindorfer. No encontro, foi

destacada a importância da participação do profissional do CREA-RS no Conselho de Trânsito.

Sérgio Renato Teixeira afirmou que o órgão ressenete de um Engenheiro em sua composição, ressaltando que há no regimento interno a previsão de uma vaga para “integrante de nível superior e notório saber na área de trânsito”, hoje desocupada. “Muitos dos temas que debatemos e decidimos dizem respeito à Engenharia, assim a indicação de um profissional da área, além de oportuna, é muito interessante ao Centran-RS”, sustentou.

Explicou que a solicitação para a indicação deve ser feita diretamente ao governador do Estado, por meio da Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Eng. Capoani agradeceu a receptiva do presidente do Centran-RS, que ainda encaminhou ofício enfatizando a importância da inclusão de representante do CREA-RS para ser anexado ao pedido que irá ser remetido ao Governo do Estado.



A partir da esq., Engenheiros Weindorfer e Capoani (CREA-RS) e Sérgio Renato Teixeira (Centran-RS)



Acompanham o presidente o diretor-administrativo, Eng. Op.-Eletrônica Sérgio Boniatti; o conselheiro Eng. Civil Odilon Carpes Moraes, coordenador da Regional Metropolitana do CDER-RS; e o assessor da presidência, Téc. em Agropecuária Jeferson Ferreira da Rosa

Convênio potencializa **fiscalização** do uso de agrotóxicos no Estado

Com a finalidade de ter mais eficiência e eficácia no controle do uso de agrotóxicos no Estado, foi assinado na Expointer, em setembro, um Termo de Cooperação Técnica entre o CREA-RS, o Ministério Público e a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio instituindo o Sistema de Defesa Agropecuária - Módulos Agrotóxicos - SDA Agrotóxicos. O sistema consiste em um software que servirá para o levantamento dos dados referentes aos agrotóxicos cadastrados no comércio, listas de responsáveis técnicos de empresas que comercializam e armazenam agrotóxicos no Estado, possibilitando, ainda, acesso aos receituários agrônômicos armazenados no SDA Agrotóxicos pelos órgãos signatários.

O presidente do CREA-RS, Eng. Luiz Alcides Capoani, destacou ser o Termo, também, fruto do Seminário realizado pelo Conselho no ano passado, na Assembleia Legislativa, onde foi feita ampla discussão sobre o correto uso dos agrotóxicos e seu monitoramento na garantia de alimento seguro à população. Para o Eng. Capoani, é essencial essa ação integrada para coibir as irre-

gularidades no uso desses produtos.

Destacando ser o momento “muito importante para o meio ambiente e para disciplinar o trabalho de todos que atuam com receituário agrônômico”, o secretário estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Eng. Agr. Cláudio Fioreze, afirmou, no ato de assinatura, que, a partir do Termo, será possível ter um monitoramento mais preciso da utilização dos agrotóxicos. Para o representante do Ministério Público, o procurador-geral de Justiça Eduardo Lima Veiga, “não há nenhum motivo para que no Brasil, com todas essas condições que tem de produzir, seja o maior consumidor de agrotóxico”. “Um leigo diz que tem alguma coisa errada, e os órgãos de fiscalização têm que tomar uma atitude sobre essa realidade”, enfatizou ele. Para ele, se não há garantias do cumprimento da legislação, cria-se o incentivo à ilegalidade, “pois a competição que se estabelece é sempre ruidosa”. Veiga considera que a parceria entre o MP, o CREA-RS e o Governo do Estado é mais um passo à produção de um alimento seguro e à rastreabilidade de cada alimento produzido.

Corsan estabelece convênio de cooperação técnica com CREA-RS

CREA-RS e Corsan firmaram Termo de Cooperação Técnica que possibilitará a troca de informações cadastrais para uma fiscalização conjunta mais efetiva. A assinatura ocorreu no dia 19 de agosto, quando estiveram reunidos o presidente do CREA-RS, Eng. Civil Luiz Alcides Capoani, e a diretoria da Companhia Riograndense de Saneamento, entre eles, o diretor-presidente, Eng. Agr. Arnaldo Dutra; o diretor de Expansão, Luiz Fernando Jochims; o diretor Comercial, Julio Cesar Riemenschneider de Quadros; e o diretor de Operações, Eng. Civil Antonio Carlos Martins. Também foi entregue na ocasião a relação de ocupação de cargos técnicos da Companhia para análise dos profissionais com a devida atribuição legal.



Assinatura de convênio auxiliará trabalho das entidades



20 de setembro

Dia do Engenheiro Químico

A Engenharia Química dedica-se à concepção, ao desenvolvimento, ao dimensionamento, ao melhoramento e à aplicação dos processos e dos seus produtos. Nesse âmbito, estão incluídos análise econômica, projeto, construção, operação, controle e gestão das unidades industriais que concretizam esses processos, assim como a investigação e a formação nesses domínios.

Os Engenheiros Químicos são os profissionais que têm a missão de transpor operações unitárias em processos industriais, permitindo a produção em grande escala dos produtos de uso comum a que estamos habituados no nosso cotidiano, combinando aspectos de segurança e de proteção ao meio ambiente, desde sua industrialização até o tratamento final de seus resíduos e efluentes.

O CREA-RS parabeniza estes profissionais pelo seu dia.



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

Confira o **resultado das eleições** para os cargos das Inspetorias do CREA-RS



O presidente do CREA-RS, Eng. Civil Luiz Alcides Capoani, ao registrar o seu voto, afirmou que a escolha dos representantes do Conselho é um importante ato de democracia. “Eu me sinto honrado em poder participar da votação, pois isso é mais uma prova de um Estado Democrático”, destacou.

Após dois dias de votação, foram eleitos dia 25 de setembro os novos representantes do CREA-RS nas Inspetorias do Interior e da Capital. Confira os resultados nos links abaixo, no site do CREA-RS:



DIRETORIA: WWW.CREA-RS.ORG.BR/SITE/DOCUMENTOS/DIRETORIA.PDF



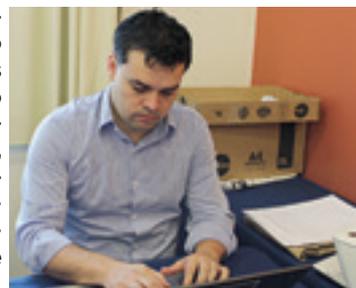
CARGOS DE COMISSÃO: WWW.CREA-RS.ORG.BR/SITE/DOCUMENTOS/COMISSOES.PDF



REPRESENTAÇÃO: WWW.CREA-RS.ORG.BR/SITE/DOCUMENTOS/REPRESENTACAO.PDF

Mais de 2.500 profissionais participaram do processo, que ocorreu de forma totalmente on-line.

O coordenador das Inspetorias e da Comissão Eleitoral das Inspetorias, Geólogo e Eng. Seg. Trab. Pablo Souto Palma, avaliou positivamente a participação dos profissionais no processo, apesar de ainda em número pequeno. “Em comparação ao último processo eleitoral, tivemos um aumento em 10% no índice de votantes, o que ainda fica aquém do número de profissionais registrados”, argumenta o coordenador. “O processo eleitoral eletrônico contribuiu para maior participação, indicando ser uma ferramenta a ser aprimorada, o que levou à votação mais de 2500 profissionais”, conclui.



PONTO DE VISTA **Geólogo e Engenheiro de Segurança do Trabalho** Pablo Souto Palma, Coordenador das Inspetorias

QUAL É A NOSSA REPRESENTATIVIDADE?

“Mais uma vez o desinteresse dos profissionais da área tecnológica é refletido nos resultados de uma eleição do Sistema Confea/Crea. Tivemos agora em setembro, nos dias 24 e 25, as eleições para os cargos de representação do CREA junto às Inspetorias aqui do Rio Grande do Sul, onde foram eleitos os profissionais que, nos próximos dois anos, ditarão as políticas de fiscalização e valorização da nossa classe profissional no Interior e na Região Metropolitana. Os números de novo mostram que o Sistema tem se mostrado ineficaz ao demonstrar aos profissionais qual a real importância do CREA. Claro que esta não é uma via de mão única, onde o interesse deve partir do Conselho exclusivamente, mas não podemos deixar de citar a contínua falta de interesse dos maiores interessados, os profissionais, alegação esta que, por si só, pode parecer esdrúxula e redundante, mas, na verdade, é uma crítica à atuação de todos os entes do Sistema, inclusive a mim mesmo, que já fui eleito em pleitos em que apenas 10% dos votantes fizeram valer seu voto e, pasmem, que esta eleição foi feita pela internet. Não podemos, é claro, negar as tentativas de todos envolvidos no processo, com a divulgação exhaustiva das eleições, a elaboração de grandes campanhas de conscientização, a migração do pleito para o ambiente virtual, e outras, e mesmo assim o resultado se mantém irrisório, tendo em média 5% dos profissionais habilitados votando nas eleições. Ho-

je, elogiamos a Inspetoria de Alegrete, que conseguiu fazer uma proporção elevadíssima de 20% dos profissionais votando. Mas temos visto que estes são esforços pessoais e pontuais, frutos de mobilização de grupos setorializados do Conselho, e aí acho que chegamos ao cerne da questão: a criação dos grupos. O Sistema está falido, pois não consegue mostrar a sua utilidade, falha na prestação de serviços. É lento na identificação dos anseios dos profissionais e carece de representatividade efetiva, e, com isso, acaba transparecendo ser um órgão única e exclusivamente arrecadatório, deixando os profissionais que dependem deste Conselho como reféns de uma estrutura arcaica e defasada. Infelizmente, temos nos mostrado incapazes de superar esse *status quo* de inoperância e, sobretudo, não vemos uma luz no fim do túnel. Na verdade, vemos sim o fim do túnel, após a saída dos arquitetos, ensaia-se a saída dos técnicos de nível médio, os Engenheiros Eletricistas aventam a criação de um Conselho Federal, os Geólogos são minorados perante a Plenária do Conselho e assim caminhamos, não só para o fim do túnel, mas para o fim de tudo, a temida desregulamentação das profissões... E, depois disso, não adianta mais chorar sobre os 5% de profissionais que votam, porque não haverá votação, e não haverá votação porque não haverá o que e nem o porquê de votar... e o pior de tudo que a culpa é minha, é nossa, é de todos...”



Da esq. para dir.: Gonçalves, Alvarengo, Marcos, prefeito Eduardo, Capoani e Joseane

Prefeitura de Pelotas lança **cartilha** com apoio do CREA-RS

Cuidar das calçadas é responsabilidade dos moradores, exceto quando esta for em frente a prédios públicos, praças ou parques, que então passa a ser compromisso da prefeitura. A determinação está presente no Código de Posturas de Pelotas, mas é desconhecida entre muitos pelotenses. Como falta esta conscientização, muitos calçamentos acabam deteriorando-se e não recebem os devidos reparos. Buscando combater esse problema, o projeto Calçada Legal lança a cartilha “Calçadas Pelotas” e um flyer, abordando a legislação e as orientações de manutenção do calçamento.

A cartilha e o flyer, produzidos pela Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade (SMGU) e apoiados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), serão distribuídos para a população nas ruas, escolas e estarão disponíveis também nas lojas de materiais de construção de Pelotas.

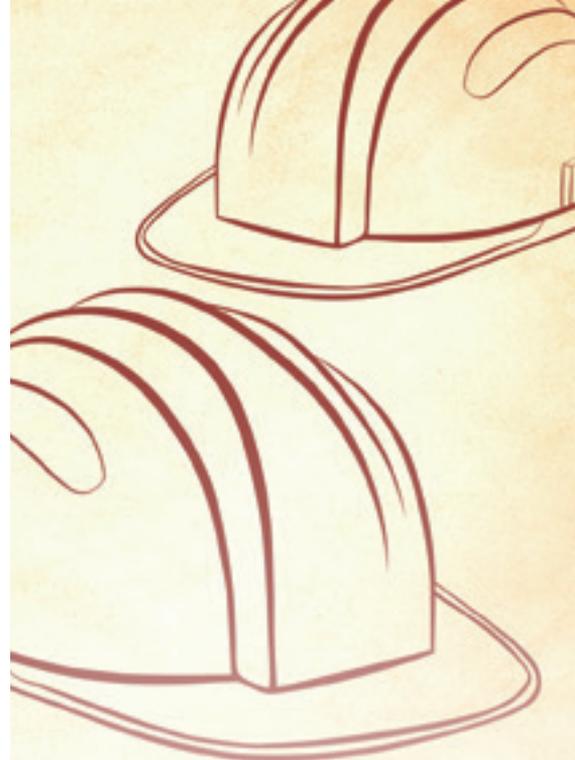
Responsável pelo lançamento do Calçada Legal, Céres Meireles, advogada e presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), afirma que o projeto surgiu de uma constatação de muitos acidentes e problemas de circulação envolvendo as más condições das calçadas, inclusive o registro de processos judiciais. Como, na sua visão, o principal empecilho para a existência de bons calçamentos é a desinformação, o grupo começou a trabalhar divulgando a legislação. Durante as atividades, surgiu a ideia de produzir um conteúdo impresso e que pudesse ser consultado por todos. A secretária da SMGU, Joseane Almeida, diz que a proposta foi abraçada pelo órgão por ter apresentado uma pró-atividade em contribuir com os trabalhos da administração municipal. A ideia é que, dois meses após o lançamento da cartilha, um grupo de fiscais vá às ruas e notifique os moradores que estiverem com suas calçadas irregulares. Este é um dever permanente da prefeitura, mas Joseane sustenta que hoje as fiscalizações são esporádicas. O presidente do CREA-RS, Eng. Civil Luiz Alcides Capoani, destaca que é compromisso do profissional de Engenharia de hoje pensar não só nas construções, mas também ter um olhar social e voltado para as pessoas. Por isso, junto com o Calçada Legal e a SMGU, o Conselho adicionou forças para produzir o conteúdo.

O prefeito Eduardo Leite recebeu ainda, na ocasião, os inspetores de Pelotas, Eng. Civil e Seg. Trab. Mauro Alvarengo, Antônio Carlos Gonçalves, o conselheiro Eng. Agr. José Froes e o presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas, Eng. Marcos Wetzel da Rosa.

CALÇADA (I)LEGAL

Caso uma calçada não esteja em condições adequadas para uso, desde o desgaste do material até ocupada por publicidades e toldos, e algum pedestre se acidente devido a estes problemas, o dono da residência ou estabelecimento é responsabilizado. Quando a SMGU notifica algum morador sobre a irregularidade do calçamento, este tem 15 dias para providenciar uma solução ou mostrar um encaminhamento para a resolução do problema. Apenas após o fim deste prazo, se o residente não tomar providências, é que haverá a aplicação de uma multa.

Fonte Diário da Manhã



23 de setembro

Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico

Sancionada no dia 20 de maio de 2009, pelo então Vice-Presidente em exercício, José Alencar Gomes da Silva, a Lei 11.940 estabeleceu o dia 23 de setembro como Dia Nacional dos Profissionais Técnicos e 2009 como o Ano da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. O objetivo foi dar maior visibilidade ao ensino técnico no Brasil e intensificar os investimentos sociais e financeiros para que possam melhorar cada vez mais a qualidade do ensino, capacitando jovens profissionais para o mercado de trabalho.



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

O CONSELHO QUE VOCÊ QUER COMEÇA COM SEU VOTO.

Vote nas Inspetorias, nas Representações Municipais, na Faculdade de Horizontina.

Em Porto Alegre haverá quatro mesas eleitorais: duas na sede do CREA-RS, Inspetoria de Porto Alegre e Sindicato dos Engenheiros (SENGE-RS). Os profissionais foram distribuídos por ordem alfabética considerando a letra inicial do nome:

- De Aaron a Dyson votam na urna de nº 01 localizada na sede do CREA-RS;
- De Eagro a Izenia votam na urna de nº 02 localizada na sede do CREA-RS;
- De Jaber a Myrtes votam na urna localizada na Inspetoria de Porto Alegre;
- De Nabil a Zygfryd votam na urna localizada no Sindicato dos Engenheiros (SENGE-RS).

A white hard hat is the central focus, with blue text printed on its side. A hand is holding a yellow card with a gear logo, partially covering the top of the hard hat. The background is a collage of blue-toned images related to engineering and agriculture, including a lightning bolt, a circuit board, a globe, a waterfall, and various agricultural scenes.

**Eleições do Sistema
CONFEA/CREA e MÚTUA
19/11/14, das 9 às 19h**

**PARA VOTAR O PROFISSIONAL DEVE ESTAR
EM DIA COM SUA ANUIDADE, QUITADA
ATÉ O DIA 20 DE OUTUBRO DE 2014.**



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

Regional Alto-Uruguai

“A criação do CDER é uma conquista de todas as entidades registradas no Conselho gaúcho. Na qualidade de coordenador do CDER na Zonal Alto-Uruguai, representando cinco entidades da nossa jurisdição, estou incumbido de levar as reivindicações e sugestões das entidades para a Coordenação Estadual, primando pela valorização e pelo fortalecimento da classe”, Eng. Civil e Seg. Trab. Cláudio Akila Otani, presidente da Apea.SR e coordenador da Regional Alto-Uruguai



Da dir. p a esq.: Eng. Otani (Apea.SR), coordenador e o Eng. Agr. Bráulio Otomar Caron (ASAERMAU), adjunto

Número de profissionais registrados no Sistema Confea/Crea

3.493, com destaque para a Agronomia, com **1.534** profissionais até 20 de outubro de 2014.



A sede da Regional Alto-Uruguai é na Inspeção de Santa Rosa, onde está a Assoc. Profis. de Eng. e Arq. de Santa Rosa (Apea.SR)

PRINCIPAIS CIDADES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

FREDERICO WESTPHALEN

Conhecido também como “Princesa do Médio Alto-Uruguai”, o município de Frederico Westphalen é o maior da microrregião. Possui um dos maiores abatedouros de suínos do Estado, além de ter potencial na área agrícola, com pequenas propriedades rurais, agroindústrias familiares e de pequeno porte. Também se destaca no setor industrial, nas áreas de metalurgia, fibra de vidro e lapidação de pedras semipreciosas.

PALMEIRA DAS MISSÕES

O nome originou-se pela existência no local, onde hoje se encontra a principal praça pública da cidade, de uma grande palmeira, na qual os viajantes faziam suas ses-teadas. Atualmente, o município é conhecido também como Terra da erva-mate, por concentrar parte da produção do Estado na região. Sua economia é baseada na agricultura e na pecuária.

SANTA ROSA

O município de Santa Rosa é conhecido como o berço nacional da soja, e, hoje, o cultivo do grão corresponde a 30% da produção do Estado. A cidade é palco de grandes eventos, como a Fenasoja, a produção e a exportação de grãos, a alimentícia (leite, soja, suíno). Além disso, Santa Rosa faz parte de um dos mais vigorosos polos metal-mecânicos do País voltado à agricultura, com 66% da produção nacional de colheitadeiras.

TRÊS PASSOS

Três Passos, capital da Região Ceileiro, destaca-se pelo empreendedorismo e suas oportunidades de negócio. Seu desenvolvimento industrial tem sido impulsionado através de grandes investimentos, em especial no ramo imobiliário, metal-mecânico, moveleiro e têxtil. No setor primário, o destaque é a agricultura familiar. Com serviços especializados na área da saúde, com educação de qualidade em todos os níveis e com um comércio forte e diversificado, Três Passos se consolida como Polo Regional e comemora, neste ano, 70 anos de emancipação.

PALMEIRA DAS MISSÕES

1. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Palmeira das Missões (Aeapal). Presidente: Eng. Agr. Rafaelo Manfio Rigon - Telefone: (55) 3742.2888

FREDERICO WESTPHALEN

1. Associação dos Arq. e Eng. do Médio Alto Uruguai (Asaermau). Presidente: Eng. Agr. Bráulio Otomar Caron - Telefone: (55) 3744.3060

SANTA ROSA

1. Assoc. dos Eng. Agr. do Noroeste do Rio Grande do Sul (Aenorgs). Presidente: Eng. Agr. Jose Helmuth Steffen - Telefone: (55) 3512.6281

2. Assoc. Profis. de Eng. e Arq. de Santa Rosa (Apea.SR). Presidente: Eng. Civil Cláudio Akila Otani - Telefone: (55) 3512.6093

TRÊS PASSOS

1. Assoc. dos Profissionais de Eng. e Arq. de Três Passos (APASSOS). Presidente: Eng. Agr. Rejane Krampe - Telefone: (55) 3522.2399

SARANDI

1. Assoc. dos Eng. e Arq. Sarandi (Asseassar)

NONOAI

1. Assoc. Eng. Agr. de Nonoai (AEAN)

PALMEIRA DAS MISSÕES

1. Assoc. Palmeirense de Eng. e Arq. (Apea)

TRÊS DE MAIO

1. Assoc. Três Maiense de Eng. e Arq. (Atea)

ENTIDADES REGISTRADAS:
5 (cinco)

ENTIDADES
CADASTRADAS:
4 (quatro)

CASE DE SUCESSO

A Associação Profissional dos Engenheiros e Arquitetos de Santa Rosa (Apea.SR) foi criada em 08 de abril de 1978, inicialmente formada por um grupo de aproximadamente 20 Engenheiros. Desde então, buscavam defender os interesses da classe profissional. Após 36 anos de existência, tornou-se uma entidade fortalecida e atuante, que abrange 23 municípios e conta com cerca de 160 profissionais ativos das mais diversas modalidades profissionais. Engajada no desenvolvimento local e regional pela integração com outros órgãos e entidades como prefeituras, Sinduscon e Acisap, tem participação intensa na comunidade. Muitos foram os eventos realizados: palestras e viagens técnicas, seminá-

rios, cursos de aperfeiçoamento técnico, reuniões quinzenais, encontros de confraternização de profissionais objetivando a congregação dos seus associados. Destacamos alguns dos importantes eventos que ocorreram em 2014 (veja abaixo). A Apea.SR, imbuída na valorização do seu quadro societário e na divulgação das atividades desenvolvidas, edita no término do mandato de cada diretoria a *Revista Apea.SR* e mantém no ar o site www.apeasr.com.br, ambos instrumentos de marketing utilizados pelas empresas apoiadoras que patrocinam estas ferramentas, as quais são um elo entre profissionais, fornecedores e entidade, fortalecendo cada vez mais essa parceria.



Diretoria Apea.SR

22 E 23 DE MARÇO – SEMINÁRIO SOBRE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS (PPCI)

Nesses dois dias, os profissionais tiveram a oportunidade de dirimir possíveis dúvidas referentes à aprovação do Projeto de Lei nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que visa à segurança das pessoas em ambientes de risco. Desse importante evento, resultou a elaboração de uma Carta que foi entregue ao atual Governo do Estado, com sugestões de melhorias, objetivando a segurança da sociedade, agilidade na aprovação dos projetos e qualificação técnica das pessoas responsáveis pela aprovação dos projetos de PPCI junto ao Corpo de Bombeiros de todo o Estado, padronizando procedimentos.

4 DE JUNHO

Apea.SR, Unijuí, Sinduscon e Acisap realizaram um encontro no Campus Santa Rosa, onde um dos assuntos tratados se refere ao tema de Prevenção de Incêndio e da Segurança no Trabalho, devido às novas regras e legislações atinentes ao encaminhamento de projetos especiais de prevenção de incêndio (PPCI). Também na oportunidade, foram apresentados a proposta do curso de Engenharia Civil, o perfil a ser formado e o conjunto de disciplinas trabalhadas no curso.



25 DE ABRIL A 04 DE MAIO – 20ª FENASOJA – FEIRA NACIONAL DA SOJA

Em parceria com o CREA-RS e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Noroeste do Rio Grande do Sul (Aenorgs), a entidade participou com estande institucional durante a Feira Internacional da Soja (20ª Fenasoja), uma multifeira de abrangência internacional, que movimenta todos os setores da economia, buscando crescimento e fortalecimento especialmente do agronegócio. Enfatizamos a participação de forma voluntária dos profissionais desta entidade, que oferecem o seu trabalho, o seu conhecimento técnico para a concretização deste importante evento, no qual, implicitamente, representam as entidades e o Conselho gaúcho.



FOTOS: DALTRO MATTOS

ESPECIAL XIV EESEC

As Entidades de Classe e o futuro das profissões da área tecnológica

Durante três dias, entre 25 e 27 de setembro, representantes das 70 Entidades de Classe registradas no CREA-RS se debruçaram sobre o tema “O Futuro das Engenharias”, no XIV Encontro das Entidades de Classe do RS (EESEC), realizado em Passo Fundo (RS). Com palestras técnicas e debates em grupos de trabalho, o encontro desafiou os participantes à reflexão sobre o papel e os desafios das profissões da área tecnológica em um mundo em constante avanço tecnológico. A importância das Entidades de Classe para o fortalecimento do Sistema Confea/Crea e dos profissionais também foi um dos focos



A reunião teve início com as palavras de boas-vindas do anfitrião do EESEC, Eng. Civil Ubiratan Oro, da AEAPF, do coordenador do Colégio de Entidades Regionais do RS (CDER-RS), Eng. Agr. Mauro Cirne, e do presidente do CREA-RS, Eng. Luiz Alcides Capoani

Economia e Engenharia

O debate sobre o mercado de trabalho para os Engenheiros com a palestra do economista da Fundação Getúlio Vargas Ernani Hickmann, com os debatedores professor e economista Zacarias Pravia e professor e Eng. Civil Marco Montoya, ambos da UPF, encerrou a tarde do primeiro dia. Falando sobre o passado, presente e futuro do mercado econômico brasileiro, os palestrantes foram unânimes no ponto da qualificação profissional para alavancar a área da Engenharia, destacando os gargalos existentes no País nas áreas de infraestrutura, educação e da grande carga tributária que impede um maior e mais rápido crescimento econômico.

Um dos conselhos dos palestrantes foi a busca por especialização, principalmente na área da administração, o que proporcionaria um grande diferencial ao profissional para atuação como gestor em grandes empresas, e o problema em haver tantas modalidades de “Engenharias” oferecidas no Brasil, considerado por Hickmann um modelo ineficiente.

O FUTURO DO MUNDO ESTÁ NAS IDEIAS

“Estamos formando um profissional que talvez não tenha empregos”, refletiu o Eng. Civil Montoya. “Quinze anos atrás quem imaginaria que haveria tantos webdesign ou profissionais que trabalham com monitoramento de redes sociais”, questionou, justificando que “não há como saber quais serão as profissões do futuro”. Para ele, não é mais possível pensar em “engenheiros-empregados”, pois o mundo do futuro é o das ideias. “Temos que pensar em engenheiros que criem patentes e produtos. Nômades do conhecimento, indo onde ele estiver”, ressaltou.

Último a se manifestar, declarando-se otimista sobre o futuro, o economista Zacarias Pravia preocupa-se com o apagão de mão de obra – “qualificada e não qualificada” – para sustentar o crescimento do Brasil, que, para ele, mudou de modelo: “Avançando na distribuição de renda e criando um mercado de consumo”. “O grande debate é como sustentá-lo”, ponderou. Criticou, porém, o corporativismo na profissão que deixa o mercado pouco flexível em termos de capital humano. “Isto deveria ser repensado”, sugeriu.

EXPERIÊNCIAS DE MINAS GERAIS E PARANÁ

Do Paraná, o Eng. Flávio Dinão, presidente da Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança do Trabalho (Apes) e membro do CDER do Regional, trouxe sua experiência na palestra “Gestão Eficiente de uma Entidade de Classe”. Conforme relatou, a qualificação das entidades paranaenses veio com a do próprio Crea, quando o órgão implantou, há alguns anos, os sistemas de qualidade ISO, trazendo esses procedimentos às ECs. “Assim como ocorreu com as entidades paranaenses, os CDERs têm que provocar o Sistema Confea/Crea para que se qualifique”, avaliou.

No painel “As ECs e o Sistema Profissional das Engenharias”, o representante do Colégio de Entidades do CREA-MG e da Federação das Associações de Engenharia Arquitetura e Agronomia de MG (FAEA-MG), Eng. Maurício Costa, enfatizou que a criação do Colégio foi um divisor de águas em Minas Gerais. De acordo com ele, as entidades e as ONGs são as organizações mais viáveis deste século, pois distribuem seus benefícios a todos os que contribuem. “E quanto maior a participação, maior a força da organização.”



Como exemplos de ação para as demais entidades, quatro associações apresentaram seus casos de sucesso. A mesa foi conduzida pelo 2º vice-presidente e representante da Senasa, Eng. Civil e Mec. Alberto Stochero

Asaec

O presidente da Associação de Arquitetos e Engenheiros Civis de Novo Hamburgo, o Arq. e Urb. Maicon Schaab, explicou o primeiro Planejamento Estratégico da entidade. Uma pesquisa entre os associados adimplentes foi o ponto de partida e serviu para indicar os pontos fortes e fracos da administração. “Buscamos isso, pois sentíamos uma descontinuidade de gestão em gestão e o afastamento dos associados, principalmente dos novos profissionais”, destacou. Com o planejamento, foram elaborados a Visão, a Missão, os Valores e os Princípios, e o Foco da Asaec. De acordo com Schaab, está sendo buscada uma maior participação do associado, por meio de algumas ações, como: intensificação da comunicação interna; criação de plano de marketing, para aproximação de futuros associados e maiores relações com a comunidade; e garantia da sustentabilidade e visibilidade, intensificando a representatividade. “Já estamos colhendo os frutos, chamando novos associados, nos apresentando aos estudantes e atraindo parceiros educacionais e comerciais para que possamos novamente ter o nosso lugar ao sol.”

Senasa

Os projetos da Sociedade de Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo foram apresentados pelo Eng. Mec. e de Seg. do Trab. Norberto Ilgner. Com 36 anos de história, a entidade tem papel importante na comunidade, com participação ativa dos principais Conselhos Municipais da Prefeitura. Com o objetivo de ampliar a inserção regional, a partir de 2000, a entidade voltou-se aos municípios vizinhos a Santo Ângelo. “Partimos de uma inserção municipal para uma atuação regional. Passamos a atender e associar profissionais de municípios ao redor que não possuíam suas entidades. Obtivemos êxito”, explicou o Eng. Norberto. Apresentou, ainda, a revista que é editada há seis anos. “Ela é o elo entre a Senasa, o profissional e a sociedade. Além disso, divulga o trabalho exercido pelos profissionais da região e sua importância para a população. Consideramos essa uma forma essencial de comunicação”, ressaltou.

Aeapa

Com foco na qualificação dos profissionais da área agrônoma, a Associação de Engenheiros Agrônomos de Porto Alegre apresentou os cursos realizados pela entidade, custeados com verba de convênio conquistado com o Confea. O foco são as áreas de Desenvolvimento Sustentável, Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural. “Procuramos o caminho do desenvolvimento dos profissionais com o olho no que o mercado está buscando”, explicou o Eng. Agr. Cezar Nicola, presidente da Aeapa. Com a cobrança das inscrições, os cursos são fontes de receita e mídia para a entidade, defendeu o Engenheiro. Dizendo ser a “menina dos olhos”, o projeto Aeapa Júnior também foi destacado. “A tônica comum é a de ficarmos temerosos em não ter para quem ‘passar o bastão’. Então, esse envolvimento da Aeapa Júnior está dando perspectiva de longevidade para nossas ações. É o sangue novo que a gente procura.”

Aeapf

Anfitriã do encontro, a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo apresentou o Encontro de Engenheiro e Arquitetos do Norte do RS, promovido anualmente pela entidade. O Eng. Ubiratan Oro, seu representante, destacou que a iniciativa se concretiza por meio de parceria com a Universidade de Passo Fundo (UPF) e por ser a cidade educacional da região. “Procuramos elencar os eixos prioritários de interesse e trazer profissionais que desenvolvem tecnologia de ponta sobre os temas escolhidos”, afirmou. Apresentou, ainda, a Feira Tecnológica, lançada em 2013, pela Associação. O objetivo, de acordo com Oro, é trazer para o interior do Estado uma feira aos moldes da Construsul, que ocorre em São Leopoldo e é considerada a maior da América Latina. Para ele, é uma forma para fomentar interesse dos profissionais pela entidade. “A participação é bastante penosa, nós percebemos de um baixo interesse em relação ao associativismo, e estas foram as formas que encontramos para atrair estudantes e profissionais, e temos tido sucesso.”



A partir da esq., Montoya, Cirne, Hickmann e Pravia

Lembrou, ainda, que foram das associações que surgiram muitos Creas, dando como exemplo o Crea gaúcho, fruto de iniciativa da Sociedade de Engenharia do RS (Sergs). Para ele, o Sistema é dependente das ECs e deve ser mais próximo a elas. Reiterou, também, a necessidade de as entidades assumirem uma atitude cidadã, participando das resoluções aos problemas das cidades e do próprio Sistema.



Engenheiros Maurício Costa (à frente) e Donário Rodrigues Braga Neto

Engenheiros Maurício Costa (à frente) e Donário Rodrigues Braga Neto

FORMAÇÃO DAS ENGENHARIAS NO BRASIL

A professora da UFRGS, Eng. Eletricista Liane Ludwig Loder, contrapondo em parte às declarações de outros palestrantes sobre a questão dos inúmeros títulos nas Engenharias, acredita que isso não possa ser resolvido com a junção em um bacharelado apenas, embora acredite que a formação – com 250 modalidades de cursos registradas no MEC e 95 atribuições registradas pelo Confea – esteja pulverizada. “Apesar disso, a profissão não é uma só”, afirmou, dando a Medicina como exemplo, que se divide após a graduação em diversas especializações, mas lida com apenas um objeto: o corpo humano.

Com dados sobre a realidade das faculdades e universidades do País, demonstrou que a Engenharia ainda não é uma prioridade nas opções dos estudantes. “Ainda temos poucos Engenheiros se formando, e só metade dos que ingressam conclui o curso. Preocupamo-nos porque a Engenharia é muito ligada à inovação: menos Engenheiros, menos inovação.” Voltando à formação, discutiu sobre os cursos transversais ou bacharelados interdisciplinares, como o que está sendo colocado em prática pela UFRGS em seu Campus Litoral, onde a formação se dá por meio de dois módulos – um básico e outro estrito –, formando “engenheiros transversais”. “Isso auxiliaria no trânsito dos profissionais no mercado, que hoje é muito limitado”, explicou. Também coloca como um desafio, além de formar mais,

formar melhor, citando os programas de intercâmbio e o Reuni como exemplos de avanços na formação universitária do Brasil. Ao destacar cursos recentemente ofertados, como o de Engenharia de Inovação, disse que “o mercado reconhece essas transversalidades”.



Eng. Eletricista Liane Ludwig Loder e Eng. Agr. Bernardo Palma

Liane defende o modelo de formação de Engenheiros adotado no Brasil. “Não é equivocado, pois tem gerado uma Engenharia de qualidade e que está no mercado mundial”, justificou, enumerando áreas como a de automação bancária, siderurgia, construção civil e empresas, como a Embraer e a Petróbras. Encerrou questionando e, ao mesmo tempo, respondendo à plateia. “Se acho que tanta diversidade é ruim? Considero que só não é uma boa quando é de má qualidade.”



Eng. Flávio Dinão

Fórum Nacional dos Colégios de Entidades Regionais realiza primeira reunião



Participantes da primeira reunião do Fórum

Maior interlocução e reconhecimento oficializado do Confea, troca de experiências e o fomento para a criação de Colégios de Entidades Regionais em todos os Creas estão entre os principais objetivos do Fórum Nacional dos Colégios de Entidades Regionais, que realizou sua primeira reunião antecedendo o XIV EESEC. Cinco Colégios de Entidades Regionais (CDER) estiveram representados. Foi unanimidade entre os presentes a importância que tem a criação do Fórum e a articulação entre as diversas entidades regionais para a valorização do profissional e das profissões da área tecnológica.

Para o presidente do CDER-RS e anfitrião do evento, Eng. Agr. Mauro Cirne, o Colégio de Entidades Nacionais (CDEN), órgão consultivo do Sistema Confea/Crea, não consegue representar as Entidades de Classe (EC) locais. “São também as Entidades de Classe regionais que atuam junto aos profissionais e conhecem bem suas problemáticas. Acreditamos que os CDERs devem ser órgãos que trabalham em paralelo aos Creas, mas em espaços diferentes. Estamos começando uma nova história”, declarou o Eng. Cirne, destacando a importância da união dos Colégios já instalados por meio do Fórum, criado durante o Encontro de Líderes do Sistema, no início do ano, em Brasília.

Com representantes do Espírito Santo, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do Paraná e do Distrito Federal, o encontro debateu e aprovou o Regimento do Fórum. Também foram escolhidos na reunião os profissionais que atuarão até março de 2015 como uma Diretoria Provisória. A pauta principal deste final de ano deve ser a busca do reconhecimento da estrutura pelo Conselho Federal como um órgão consultivo do Sistema, aos moldes do CDEN, para que suas demandas sejam concretizadas e seja possível uma atuação em nível nacional de representação das entidades regionais. Aproveitando ser um ano eleitoral, ficou acertado que os objetivos do Fórum serão levados aos candidatos à Presidência do Confea em busca de apoio, onde se destaca a importância das Entidades de Classe regionais para o fortalecimento do próprio Sistema Confea/Crea.

Homenagens marcam abertura oficial do XIV EESEC



Eng. Dornelles, Eng. Hilário Pires, Eng. Ubiratan Oro, Eng. Capoani, Eng. Seidler, Eng. Poletto

As homenagens ao presidente do CREA-RS, Eng. Luiz Alcides Capoani, que encerra seu mandato no final deste ano e que recebeu uma placa alusiva à sua atuação, e aos profissionais que receberam o troféu Engenheiro Destaque marcaram a abertura do XIV EESEC. Anfitrião do evento, o Eng. Civil Ubiratan Oro reforçou a relevância do encontro. “Temos que tentar com as nossas diferenças a construção de coisas novas”, afirmou. Elogiou, ainda, o novo formato do EESEC com mais palestras técnicas na programação.

Com o dado de que cerca de 80% dos conselheiros dos Creas são indicações das Entidades de Classe, o coordenador do CDER-RS, Eng. Agr. Mauro Cirne, abriu sua fala. “Temos que ter um tratamento que corresponda a essa representação”, declarou. Abordou a criação do Fórum Nacional do CDER como um caminho para sanar as dificuldades de representação em nível nacional e da necessidade das Entidades, que atuam junto aos profissionais, unirem a inteligência técnica para agregar valor à sociedade. “As Engenharias trazem melhorias à qualidade de vida das pessoas. Temos que sair de nossas trincheiras de trabalho e ir à luta, angariando força política

para nos fortalecermos”, conclamou.

GESTÃO DESTACA ENTIDADES DE CLASSE

Nascido em Sertão, à época uma vila de Passo Fundo, o presidente do CREA-RS, Eng. Civil Luiz Alcides Capoani, encerrou os pronunciamentos da noite. Relembrou as qualificações implementadas às ECs em sua gestão, como o aumento do aporte de recursos, maior representatividade dos associados no Encontro Estadual, criação do CDER, entre outros. “Essas ações demonstram claramente a pretensão de fortalecimento das entidades por parte da nossa Diretoria”, sustentou. “Reiteramos que as Entidades de Classe são criadas por idealizadores de um mundo melhor, pessoas que acreditam que a valorização profissional é possível e que muito podem contribuir para a qualidade de vida de todos”, enalteceu aos presentes.

Sensibilizado pela homenagem recebida pela entidade de Passo Fundo, finalizou destacando sua satisfação. “Quero transmitir a cada um a imensa alegria que tive ao saber dessa honraria e dizer que, das muitas homenagens e prêmios recebidos ao longo destes anos, a de hoje cala mais fundo no coração e na alma, porque é a certeza do

resultado positivo das nossas realizações na gestão 2009 a 2014 no CREA-RS, sendo uma delas o CDER, que representa os elos de interação entre nós.”

ENGENHEIRO DESTAQUE

A premiação, instituída pelo CDER-RS, teve como objetivo distinguir profissionais que se destacaram com trabalhos, inovações ou ações relevantes às profissões do Sistema Confea/Crea. Aos vencedores, foi entregue um troféu realizado pelo artista plástico gaúcho Pedro Girardello. Os profissionais premiados foram recomendados pelas Regionais do CDER-RS. Foram eles:

- ➔ Indicação da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Rio Pardo (Aeavarp), **Eng. Agr. Marco Antônio Dornelles**.
- ➔ Indicação da Associação dos Engenheiros e Agrônomos da Região do Vale dos Vinhedos (AEARV), **Eng. Civil Cedamir Poletto**.
- ➔ Indicação da Sociedade de Engenharia do RS (Sergs), **Eng. Civil e de Seg. do Trab. Emídio Marques Ferreira** (representado na homenagem pelo presidente da entidade, Eng. Civil Hilário Pires).
- ➔ Indicação da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo (Senasa), **Eng. Civil Nelson Seidler**.

PLENÁRIA FINAL

Na Plenária Final, foi aprovada a Carta de Passo Fundo com as reivindicações e sugestões trazidas das discussões realizadas dentro dos quatro grupos temáticos, nos quais foram divididos os participantes: Formação e Atribuição Profissional, Mundo do Trabalho, Marco Técnico e Organização (veja na página 47).

XV EESEC

Bento Gonçalves foi eleita a cidade para receber o próximo Encontro Estadual de Entidades de Classe, por proposição da Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região dos Vinhedos (AEARV).



Homenagem foi oferecida em nome das Entidades de Classe do Estado

Todos os meses a Gerência de Fiscalização do CREA-RS promove blitz em todo o Estado do Rio Grande do Sul, verificando a responsabilidade técnica dos prestadores de serviços e das empresas que trabalham nas obras em andamento. O foco também são eventos, áreas rurais, pedreiras, parques eólicos, entre outros.

Estão em vigor **novas normas** para instauração de processo de fiscalização

A sociedade brasileira acompanha a incidência cada vez maior de eventos que, muitas vezes, terminam em tragédias e tiram vidas, como os desabamentos e soterramentos em períodos de chuva. Muitos poderiam ser evitados se profissionais das áreas da Engenharia estivessem à frente dessas obras. Para evitar tragédias desta natureza, são necessárias ações enérgicas. Por isso, desde 1º de setembro estão em vigor os novos procedimentos de fiscalização previstos pela Resolução N° 1047, do Confea. Agora, o auto de infração se-

rá lavrado sem a necessidade de notificação prévia. No entanto, o profissional/empresa continua tendo o direito de apresentar sua defesa dentro de um prazo de 10 (dez) dias. Essa medida visa coibir o exercício ilegal da profissão e, ao mesmo tempo, garantir a presença de um profissional da Engenharia, devidamente habilitado através de registro no Sistema Confea/Crea, preservando, dessa forma, a segurança da população. Denuncie obras sem a presença de profissionais da Engenharia. Ligue para o Disque-Segurança 0800-510.2563



ARQUIVO CREA-RS

Força-tarefa do CREA-RS fiscaliza **972 obras** em Porto Alegre e na Região Metropolitana

Entre os dias 06 e 10 de outubro, uma equipe de 17 agentes fiscais e 3 supervisores de fiscalização realizou um PIF voltado a obras civis dos municípios de Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada e Viamão. A meta de fiscalização, que era de 700, foi superada, totalizando nos 5 dias de trabalho 972 empreendimentos verificados. No total, a ação gerou 1.443 serviços de fiscalização, sendo destes 7 autos de infração, 3 diligências, 461 Termos de Requisição de Documentos e Providências e 972 Relatórios de Fiscalização. Na abertura da ação, o gestor de Fiscalização, Eng. Quím. e Seg. Trabalho Marino Greco, declarou que a ação, muito extensa, devido à grande demanda, se configurava em uma “força-tarefa”.

Blitz na Oktoberfest

Entre os dias 7 e 9 de outubro, foi promovida a Blitz de Fiscalização da Oktoberfest. Além do centro de eventos, a equipe também foi responsável por verificar obras civis e Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) nos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. A ação gerou, ao total, 126 Relatórios de Fiscalização e 13 Termos de Requisição de Documentos. Na fiscalização ao parque da Oktoberfest, foi verificada a responsabilidade técnica da montagem dos palcos, sonorização e iluminação, assim como montagem de lonas e estandes. Na área das obras civis verificou-se a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos e o registro no Conselho. Na área dos RSS, foram verificados os responsáveis pela coleta, transporte, tratamento, disposição final dos resíduos gerados.



A partir da esq., agente fiscal Heber Oliveira, o proprietário da empresa, Gilmar Mioranza, e o supervisor Brião

Fiscalização em pedreira no interior de Rosário do Sul

No dia 24 de setembro, o agente fiscal Heber F. de Oliveira, da Inspeção de São Gabriel, juntamente com o supervisor Mauro Brião realizaram fiscalização de uma pedreira no interior do município de Rosário do Sul. No local, a equipe constatou que a empresa é especializada na extração de saibro e produção de pedra brita.



ARQUIVO CREA-RS

Blitz rural promove fiscalização nas regiões rurais do RS

A Blitz atende ao TAC firmado com o Ministério Público Estadual (MPE) para intensificar a fiscalização em propriedades rurais, uma vez que as atividades de prescrição do receituário agrônomo só poderão ser exercidas por profissional legalmente habilitado e com registro no CREA-RS. Os agentes fiscais realizarão a verificação *in loco* quanto à existência de responsável técnico pela orientação e recomendação do uso de agrotóxicos (receituário agrônomo), bem como a regularidade das empresas fornecedoras

dos produtos. Quando constatada através de visita (embalagens usadas e/ou lacradas) a utilização de agrotóxicos, deverão ser solicitadas, através de Termo de Requisição de Documentos e Providências, cópias das notas fiscais para comprovação da origem dos produtos, bem como as receitas agrônomicas com a prescrição do uso destes. Em propriedades de grande porte, deverá ser preenchido o Relatório de Fiscalização de Empresa (RE-FEST). Verificar *in loco* como é realizado o descarte das embalagens.

ARQUIVO CREA-RS



BENTO GONÇALVES

Entre os dias 07 e 09 de outubro, foram abrangidas, além de Bento Gonçalves, as cidades de Guaporé, Protásio Alves e André da Rocha. A ação alcançou 126 propriedades rurais e resultou em 172 Relatórios de Fiscalização, 74 Autos de Infração e 55 Termos de Requisição de Documentos e Providências.

TAQUARA

Entre os dias 14 e 16 de outubro, o CREA-RS realizou uma Blitz de Fiscalização em propriedades rurais das cidades de Cambará do Sul e São Francisco de Paula, municípios sob jurisdição da Inspeção de Taquara. Foram fiscalizadas 93 propriedades rurais, que resultaram em 133 Relatórios de Fiscalização, 37 Autos de Infração e 21 Termos de Requisição de Documentos e Providências. Participaram da ação seis agentes fiscais e a supervisora da região.



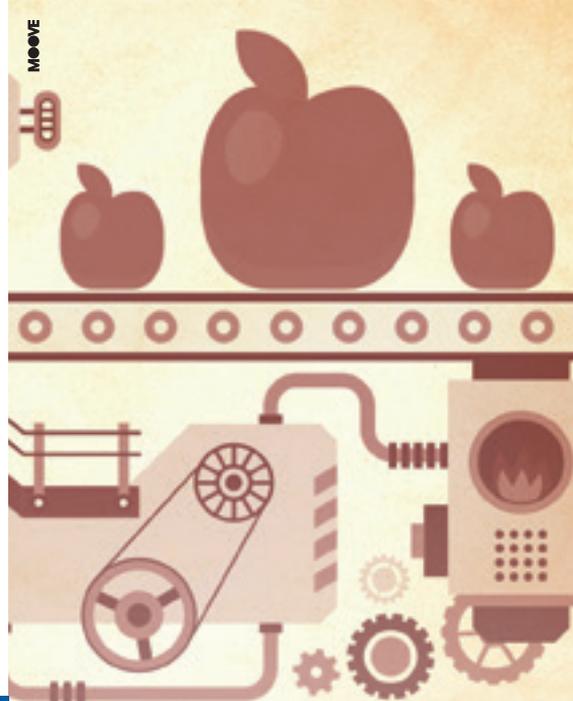
ARQUIVO CREA-RS

ARQUIVO CREA-RS

Fiscalização das obras do Parque Eólico de Xangri-lá

No dia 24 de setembro, a equipe de Fiscalização realizou visita no Parque Eólico de Xangri-lá, de propriedade da empresa Honda Automóveis do Brasil Ltda. A ação foi acompanhada pela Eng. de Projetos Carmem Lucia de Almeida, com o objetivo de verificar a etapa de fundações e içamento das torres. O agente fiscal Alessandro, da Inspeção de Capão da Canoa, vem acompanhando, mensalmente, o andamento de cada etapa das obras, solicitando as ARTs dos serviços executados pelas terceirizadas. A previsão de conclusão do empreendimento é até o final de novembro deste ano.

Fiscalização acompanha todas as etapas da obra no Parque Eólico do Litoral Norte



16 de outubro

Dia do Engenheiro de Alimentos

Nesse dia 16 de outubro, o CREA-RS parabeniza todos os profissionais da Engenharia de Alimentos. Fornecendo conhecimentos tecnológicos para atuação na transformação industrial de alimentos, este engenheiro atua em todos os processos pelos quais passam os produtos até chegar às mãos do consumidor, garantindo excelência na seleção da matéria-prima e trabalhando sempre em nome da segurança alimentar.



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

MBA Construções Sustentáveis do Inbec (RS) - 3ª Turma

Estão abertas as matrículas para a terceira turma do MBA Construções Sustentáveis, em Porto Alegre, com previsão de início das aulas na segunda quinzena de novembro. Nesta nova versão, o curso conta com todas as certificações ambientais para Construção Sustentável usadas no Brasil (PBE Edifica, Selo Casa Azul, AQUA, BREEAM) e não apenas o LEED. Também são apresentados os conceitos de bioarquitetura e permacultura, que são o berço da Construção Sustentável. As matrículas devem ser realizadas pelo site <https://www.inbec.com.br/pos-graduacao/curso/matricula>. Mais informações na Secretaria do Inbec em Porto Alegre: Av. Cristóvão Colombo, 2937, sala 807, fones 51 3372.7600 - 9390.6673; ou e-mails portoalegre@inbec.com.br e comercial-rs@inbec.com.br

Conferência sobre mudanças climáticas da ONU 2014

Acontecerá em Lima, no Peru, entre 1 e 12 de dezembro, a Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas 2014, mais conhecida como COP. Com o objetivo de estudar e propor alternativas civilizatórias para garantir um futuro para o planeta, temas como a redução de emissão de gases de efeito estufa, segurança alimentar, mobilidade ou transporte, demografia e urbanização serão foco de debates. Informações: falcaoll@terra.com.br

Geologia estrutural: reconhecimento de falhas

Promovido pela Associação Profissional Sul-brasileira de Geólogos, o curso Geologia Estrutural – reconhecimento de falhas será realizado nos dias 13 e 14 e 19 a 21 de novembro. Ministrado pelo Prof. Dr. Ruy Paulo Philipp, o curso terá carga horária de 35 horas e será dividido em cinco módulos. Os quatro primeiros módulos abordarão os temas de Geologia Estrutural, Deformação, Falhas e Zonas de Cisalhamento, e o último será uma atividade de campo com duração de três dias, em Caçapava do Sul. Para inscrições e mais detalhes dos cursos, acesse: <http://www.apsgeo.com.br/>

Desempenho, reforma e manutenção de edificações

A Faculdade de Engenharia da PUCRS promove, entre 5 e 12 de dezembro, o curso Desempenho, reforma e manutenção de edificações: uma visão integrada das Normas NBR 15575 (2013), NBR 5674 (2012) e NBR 16280 (ABNT, 2014). O enfoque do curso será na apresentação da aplicabilidade prática das normas, bem como a definição das responsabilidades dos intervenientes, visando maximizar a durabilidade das construções e a prevenção de defeitos. As inscrições vão até 4 de dezembro e podem ser feitas pelo site www.pucrs.br/educacao-continuada ou pelo e-mail educacao.continuada@pucrs.br. Para mais informações: (51) 3320.3727.



14 de outubro

Dia do Meteorologista

Parabenizamos todos os meteorologistas em sua missão de observar com atenção as variações climáticas, contribuindo com diversas áreas, como a agricultura e a aviação.



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014



Evento visou a desmistificação do processo de inovação

Transformar ideias em projetos e negócios

O Grand Prix Senai de Inovação, que aconteceu entre 13 e 15 de maio, no Centro de Eventos da Fiergs, em Porto Alegre, apresentou várias novidades com o tema mobilidade. “Pipi Rodas”, um banheiro ecológico para deficientes físicos, foi a iniciativa vencedora. “Estacione Aqui”, um aplicativo sincronizado com os parquímetros da cidade, e “Fidelidade ao Transporte Público”, conforme o passageiro utiliza o transporte público, ele ganha bônus que podem ser trocados por atrações culturais, ficaram com as 2ª e 3ª colocações. “A proposta do evento era fazer com que o processo criativo pudesse explorar todas as interações possíveis. As equipes podiam tratar desde mobilidade urbana até a acessibilidade de pessoas com deficiências, passando pela mobilidade digital”, explica Fabrício Campana, Gerente de Inovação e Tecnologia do Senai-RS.

Segundo Campana, a iniciativa foi importante para disseminar e desmistificar o processo de inovação, exercitando todas as fases do procedimento. “Hoje em dia, as pessoas têm muitas ideias geniais, mas quando têm que implementá-las ou transformá-las em negócios, o processo é interrompido, pois surgem vários obstáculos”, reitera. Na sua opinião, a ideia vencedora aproveitou uma solução simples que pode causar grande benefício ao seu público-alvo, além de ter grande capacidade de implementação. O Mestre e Engenheiro Eletricista João Alvarez Peixoto, que coordenou o grupo ganhador os 2º e 3º lugares, comemora os resultados. “Coordenar uma equipe multidisciplinar durante 48 horas ininterruptas, interagindo com público externo ao evento, aprimorando projetos, editando plano de negócios, vendo cada integrante do grupo crescer, aprender e contribuir cada vez mais foi algo inesquecível. Todos competidores que lá passaram podem dizer que são pessoas diferentes, que veem a necessidade de inovação com outros olhos e que agora contribuem mais para um mundo melhor”, ressalta.

Ao final do evento, 134 ideias foram postadas no portal. As três melhores pontuadas já estão pré-aprovadas para o edital Sesi/Senai de Inovação 2014, e o aplicativo “Estacione Aqui” será implementado por uma empresa em parceria com o Senai. As outras estão depositadas em um repositório aberto para o livre acesso de qualquer empresa.

DUDU LEAL



Equipe vencedora do Primeiro Lugar recebendo a visita da “mentoria”



27 de outubro

Dia do Engenheiro Agrícola

Profissional com forte vocação agrícola, alia seus conhecimentos de Engenharia, necessários às modernas técnicas agrícolas.

O CREA-RS parabeniza todos os profissionais desta área.



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE

GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014



Engenheiro remonta final da Copa de 1958

Foi a curiosidade que levou um Engenheiro paulista a remontar o filme da partida entre Brasil e Suécia no final da Copa do Mundo de 1958. O projeto começou quando Carlos Augusto Marconi conseguiu uma cópia da gravação completa da partida que deu ao Brasil o primeiro título de Campeão do Mundo, na Suécia. Recentemente, o filme foi disponibilizado no youtube. “A imagem estava ruim porque deveria ter sido copiada de fitas VHS. Mas até então era mera curiosidade”, relata Marconi, especialista em telecinagem - digitalização de filmes antigos. Ele conta que juntou a esta filmagem outra de origem russa e de melhor qualidade. Depois, buscou as narrações em português para adicionar ao filme. “Encontrei em um sebo um LP que dizia conter a narração completa da partida, com narradores da Rádio Bandeirantes, de São Paulo, Pedro Luiz e Edson Leite”, relembra.

Ao tentar colocar o som do LP sobre a imagem, porém, percebeu que a narração não era completa e, sim, uma edição de aproximadamente 60 minutos. Assim, Marconi só conseguiu completar o áudio da partida depois de encontrar uma fita-cassete contendo a narração feita pela Rádio Nacional, do Rio de Janeiro. “Esta versão também não estava completa. Faltavam 15 minutos entre os 15 e 30 minutos do primeiro tempo. Então juntei o material e fiz a edição”, explica.

Para finalizar, o Engenheiro reuniu pequenos trechos de filmes de emissoras brasileiras da época, utilizando o som original do estádio, montando replays e mesclando com as duas transmissões que tinha. O resultado pode ser conferido em: <https://www.youtube.com/watch?v=qd4TKlxFOm8>.

Reciclagem de Termoplásticos

A Veiga Máquinas, uma metalúrgica de Novo Hamburgo, desenvolveu uma solução diferenciada para o descarte e reciclagem de termoplásticos, sobras das indústrias e lixo doméstico. Trata-se de um maquinário que mistura esses resíduos, transformando-os em um composto utilizado para produzir diversos materiais, como o mobiliário, os tijolos e o piso utilizados na montagem do estande da empresa na Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente (Fiema 2014), que ocorreu de 22 a 25 de abril, em Bento Gonçalves (RS).

De grande utilidade para empresas e municípios que precisam se adequar à Lei Federal nº 12.305/2010 - a qual regulamenta a política nacional de resíduos e torna obrigatório o seu gerenciamento -, o sistema de reciclagem já está sendo comercializado para empresas privadas. A inovação possibilita que diferentes tipos de polímero (PE, PS, PP, ABS e PVC) sejam misturados a resíduos sólidos (papel, papelão, serragem em geral, pó de MDF, pó de borracha de pneu, EVA, isopor, espuma e poliuretano). Segundo Mauro Veiga, diretor da empresa, esses resíduos são utilizados como carga de enchimento. “O processo de reciclagem consiste em um misturador que tritura, mistura e homogeneiza os resíduos em determinada temperatura, gerado pelo atrito. O resultado é um composto que pode ser moldado em prensa hidráulica”, explica.

Depois de prensado, esse material pode ser utilizado como matéria-prima na confecção de diferentes peças e produtos, como meio-fio para loteamentos, placas de trânsito e sinalização, tijolos, caixas, bancos, entre outros. De acordo com Veiga, o sistema de prensagem simplificado é outro diferencial, pois dispensa o uso de injetoras e mão de obra qualificada.

Un Cuento Gaúcho

Durante o mês de julho de 2014, uma vaca morta foi encontrada em cima de um poste de energia elétrica em São Borja, no Rio Grande do Sul, após as águas da enchente que atingiu o município baixarem. Além dessa situação inusitada da vaca, houve prejuízos de ordem material de diversas naturezas, 20.436 pessoas ficaram desabrigadas, segundo o boletim da Defesa Civil Estadual divulgado na ocasião. A circunstância da vaca me evocou um filme argentino - *Un Cuento Chino* -, de 2011, no qual duros golpes do destino e estranhos eventos despertam o protagonista e o trazem de volta à vida, existindo também situações incomuns com vacas.

Além do inusitado da fotografia, outro questionamento surge - “Quem é o culpado?” A vaca?”. A *Conselho em Revista*, em sua capa (edição nº 103), já responde parcialmente a esta questão com outra pergunta - “E o planejamento foi para escanteio?”. A evocação de culpa causou-me um desconforto e, sem dúvida, não é inútil procurar entendê-lo para explicar fenômenos que se abatem coletivamente sobre o Rio Grande do Sul, no que tange a obras públicas, como falta de planejamento, constantes atrasos, superfaturamentos e falhas dos projetos.

Neste contexto, o clima de “mal-estar” que o Ocidente viveu repetidas vezes, da peste negra às guerras religiosas, ajuda a entender a noção de culpa e medo na nossa sociedade. Mais interessante, entretanto, é analisar de quem é a culpa. Por mais chocada que estivesse uma população atingida pela peste, procurava-se verificar os porquês. Em geral, três hipóteses eram apresentadas a fim de esclarecer a peste negra: uma pelos eruditos, outra pela multidão e a última pela Igreja. Mas quando os eruditos, por vocação e/ou deformação profissional, insistiam em explicações “naturais” ou da astrologia, estavam fazendo um desserviço. Por exemplo, em 1350, a Faculdade de Medicina de Paris, consultada sobre a peste negra, expressou a opinião de “...que a causa afastada e primeira desta peste foi e ainda é alguma constelação celeste...”.

O clima de “mal-estar” na qual Porto Alegre (ou a vaca no poste de São Borja) se defronta cada vez que uma “nuvem negra” se aproxima da linha do horizonte do Guaíba (ou no Rio Uruguai) também é aterrador. Em 16 de outubro de 2012, foi julgado no Supremo Tribunal Federal um agravo regimental de recurso sobre responsabilidade do município por danos em uma oficina mecânica decorrente de chuva torrencial. O agravo não mereceu acolhida, pois não se estabeleceu o nexo de causalidade entre a conduta de agente da Administração Pública e o dano. A chuva do caso em pauta (início de novembro de 2005) teve “...período de retorno de 97,8 anos - tempo que se estima para a repetição de evento daquelas dimensões...” e “... o sistema é projetado para um tempo de recorrência de cinco anos dentro da cidade...”. Neste quadro, mudança climática (...ou alguma constelação celeste...) torna-se responsável, já que nuvens não possuem CPF, nem a elas podem ser imputadas responsabilidades.

Falhas em engenharia são eventos indesejáveis, mas acontecem. A enchente de 1941 gerou o projeto de proteção contra inundações de Porto Alegre (e Canoas e São Leopoldo). As casas de bombas de Porto Alegre fazem

parte deste sistema, mas ocorrem falhas na manutenção. A queda da hidráulica do Menino Deus em 1972 é uma falha. A morte de pessoas, em 1988, na Av. Teixeira Mendes, decorrente de chuvas torrenciais é uma falha. O rompimento de uma estrutura de concreto (Conduto Forçado) em 2013 é uma falha. A força das águas da cheia do Rio Jacuí provocou a queda da ponte que liga Santa Maria a Santa Cruz do Sul, na altura do Km 191 da RSC 287, no município de Agudo, em 2010, também é uma falha.

Por que o concreto rompeu? Uma força excessiva na estrutura e a mesma não suportaram? Erro de projeto ou de execução do projeto? Por que as concepções de projeto foram inadequadas? Por que existiram erros na execução? Mudança no escopo do projeto, ausência de controles de mudança, falta de controle de qualidade da obra?... E que tantos outros porquês poderiam ser aventados.

O Rio Grande do Sul possui as melhores faculdades de Engenharia do País, com destaque nacional e internacional. A formação de Engenheiros (nos últimos 50 anos) demanda a capacidade de raciocínio rápido e lógico com base em matemática e física, necessitando também de uma sensibilidade social. O perfil de Engenheiro, ensinado nas universidades, inclui a preocupação com as pessoas, com o meio em que vivem e que enxergam a Engenharia como uma ferramenta para melhorar a sociedade, e não apenas como uma egoísta fonte lucrativa, lembrando sempre que não existe verdade absoluta, e acreditando que há sempre uma forma melhor e diferente de se fazerem as coisas. Entretanto, tal capacidade não está sendo utilizada na sua plenitude no Estado, pois existem falhas de Engenharia recorrentes há muito tempo.

Enfatize-se que as perguntas estão no campo das hipóteses e o mais importante para os “porquês” é que se não considerarmos os diversos fatores relacionados ao problema analisado, poderemos apenas tomar uma medida intermediária que acabaria não gerando a solução. Este me parece o contexto nas últimas décadas no Rio Grande do Sul, já que, por exemplo, se não controlamos as chuvas torrenciais (mudança climática ou São Pedro), a Engenharia permite uma adaptação a essas situações extremas, mitigando os riscos e reduzindo os impactos.

Neste quadro, roga-se que a indicação de cargos públicos em funções de Engenharia seja por Engenheiros (e que sejam filiados aos partidos políticos). Afinal, é inconcebível colocar um Engenheiro como diretor de um hospital ou de um Tribunal de Justiça, uma vez que a função exige conhecimento, habilidades e atitudes específicas. Logo, também é inconcebível que funções de Engenharia, com orçamento de milhões de reais e afetando a vida de milhares de pessoas, possam ser desempenhadas por pessoas sem conhecimento, habilidades e atitudes específicas.

Se isso não ocorrer, a situação inusitada do filme - *Un cuento chino* - pode acontecer, ou seja, “uma vaca cair do céu”. Este realismo fantástico também pode nos conduzir aos tempos celestiais, conforme os eruditos de 700 anos atrás, ou seja, ao avistarmos “nuvens negras” no horizonte do Guaíba (ou do Rio Uruguai), a ordem será: ‘Parem tudo, oremos e corram para casas seguras’.



Agronomia e Cidades Sustentáveis

A cidade não existe sem o campo! Cientificamente, o economista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs trata que o grau de urbanização depende da capacidade de produção de alimentos. O inexorável adensamento populacional que provoca processo de urbanização não pode ignorar a crucial importância da agropecuária para a sustentabilidade das cidades.

Paisagismo, beleza cênica, alimento e água são elementos que integram o campo e a cidade. Aliás, sedimenta-se o conceito de “novo rural”, inclusive com a superação da dicotomia entre o rural e o urbano. Localidades brasileiras existem onde o intenso desenvolvimento regional dissemina equipamentos comumente associados com o meio citadino – nas comunicações, na mobilidade, educação, saúde, segurança, etc.

Começando pela alimentação. De acordo com a FAO (2012), a população mundial será mais urbana, com 9,1 bilhões de pessoas em 2050 (aumento de 34%), o que demandará incremento de 60% na produção agropecuária. Menos gente para produzir mais comida, com menos recursos naturais. A Agronomia tem como missão encontrar resultados para o desafio!

Mas a segurança alimentar e nutricional transcende a questão da produção. Existem outras dimensões igualmente desafiantes, como a qualidade dos alimentos! A defesa agropecuária, a assistência técnica e extensão rural extrapolam as porteiras das fazendas para disseminar boas práticas e produção com qualidade. As pessoas precisam ter garantia sobre a inocuidade e sobre o valor nutricional da comida.

Lembremos também do abastecimento das cidades, o que envolve logística e infraestrutura. A distribuição do alimento gerado com qualidade! É necessário o conhecimento técnico sobre cadeias produtivas dos diversos complexos agroindustriais – meio em que labuta o profissional de Agronomia.

Sobre segurança alimentar e nutricional, ainda cabe destacar a valorização da agrobiodiversidade. A diversidade biológica nas espécies já conhecidas da agropecuária brasileira, e também os ecossistemas e as espécies autóctones. Na atualidade, verificam-se a descoberta e o processamento de produtos derivados de espécies nativas dos diferentes biomas brasileiros: pequi, açaí, copaíba, umbu, babaçu, araucária, abelhas indígenas...

Aqui, a Agronomia tem grande missão de usar os conhecimentos acumulados com as culturas e as criações “convencionalmente” conhecidas para intensificar e agregar valor sobre a megadiversidade brasileira. Enriquecimento da dieta, geração de emprego e renda, na interface da cidade com os produtos oriundos de espécies animais e vegetais nativos do ambiente regional.

Outro papel impactante da agropecuária reside na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais. Exemplo impactante está na questão da água – massificado pela mídia devido às crises de abastecimento.

A visão de bacias hidrográficas amplificou e até mesmo popularizou os conhecimentos em fisiografia e que envolvem aspectos da paisagem, do uso e ocupação do solo.

É fato que a agricultura exerce papel vital para o abastecimento de água nas cidades. Atualmente, dissemina-se o conceito do agricultor como “produtor de água”, as iniciativas de pagamento por serviços ambientais. São políticas com forte respaldo social para reconhecer o papel da agropecuária no equilíbrio ecossistêmico, acerca da estratégica questão dos recursos hídricos.

A concepção paisagística reforça o papel da Agronomia para a sustentabilidade das cidades. O paisagismo enquanto ciência para tratar da ocupação ordenada do espaço, mediante a recuperação e preservação das florestas ciliares, da cobertura vegetal em encostas. O balanço entre o verde e o concreto das edificações.

É reconhecido o bem-estar gerado pelos parques e jardins. O conforto térmico causado pelo sombreamento verde sobre as “ilhas de calor” geradas nos meandros da cidade, a infiltração da água pluvial, as amenidades proporcionadas pela beleza cênica...

O Paisagismo, a concepção de Bacias Hidrográficas, para combater e reduzir os riscos de calamidades públicas (enchentes, por exemplo). Calamidades que são tristemente mais frequentes em nossas cidades!

A integração das diversas atividades, a visão sistêmica sobre o uso dos recursos naturais, a mobilidade, a ocupação do espaço... são fatores que precisam exceder os limites da urbe no tocante ao planejamento sustentável e sustentado das cidades. A Lei Federal nº 10.257, de 2001, Estatuto da Cidade, institucionaliza a integração e a concepção de planejamento sistêmico, ao estabelecer que o Plano Diretor deve envolver todo o município onde a população é maior que 20 mil habitantes.

Há municipalidades com ínfimo adensamento populacional. Existem municípios que são polos de agronegócio. Há ainda outros com indústria, comércio e serviços prevalecentes que não têm vínculo direto com o complexo agroindustrial.

Em todos os casos, a visão agrônoma é essencial! A autêntica Agronomia, que labora a interface entre o urbano e o rural, para que as nossas cidades sejam sustentáveis em todos os sentidos... sejam lugares para viver!!

KLEBER SANTOS

ENGENHEIRO AGRÔNOMO | MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA AGRÔNOMICA | COORDENADOR NACIONAL DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS DE AGRONOMIA DOS CREAS | DIRETOR DE POLÍTICA PROFISSIONAL DA CONFAEAB - KLEBERSSANTOS@UOL.COM.BR



MOOVE



12 de outubro

Dia do Engenheiro Agrônomo

O Decreto 23.196/33, que regulamenta o exercício da profissão agrônoma, completa 81 anos neste 12 de outubro. Foi a primeira profissão regulamentada por lei no Brasil, garantindo o direito aos Engenheiros Agrônomos de serem os responsáveis pela produção agropecuária brasileira. Desde a pré-história, as técnicas de agronomia acompanham o homem e permitem que sua existência no planeta seja preservada. Ela foi fator fundamental para que o homem deixasse de ser nômade e caçador para se tornar sedentário e cultivador de alimentos.

É inegável o desenvolvimento atual da agricultura brasileira, que tem nos Engenheiros Agrônomos grande parcela de responsabilidade por esses notáveis avanços. Também é de se salientar a importância do Engenheiro Agrônomo no melhoramento genético de animais de alta produtividade, que colocam o Brasil como um dos países de melhor desempenho na área de produção de proteína de origem animal. O sucesso do agronegócio brasileiro e o futuro da agricultura passam pelas mãos do Engenheiro Agrônomo.

A Câmara de Agronomia parabeniza todos os Engenheiros Agrônomos pela passagem do seu dia.



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE

GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014



23 de setembro

Dia do Técnico Industrial e do Técnico em Edificações

O grande investimento do Governo Federal na educação de nível técnico mostra o reconhecimento que esses profissionais conquistam a cada dia. As atividades do Técnico Industrial e do Técnico em Edificações têm grande relevância para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de nossa sociedade, contribuindo através da produção de conhecimento tecnológico, social e cultural em seu benefício. A profissão do técnico industrial é reconhecida pela Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, e regulamentada pelos Decretos 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 e 4.560, de 30 de dezembro de 2002. Faz parte do grupo das profissões liberais através da portaria do Ministério do Trabalho, nº 3.156. A partir de então, passou a se organizar em sindicatos (Sintecs) em todos os Estados brasileiros, e em federação em nível nacional através da FENTEC.

Parabéns a todos os Técnicos pelo seu dia.



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE
GESTÃO 2009/2011 E 2012/2014

Por que a Maioria das Obras Públicas de Engenharia é Malsucedida?



ENGENHARIA INDUSTRIAL

1 - INTRODUÇÃO

Toma-se conhecimento pelos meios de comunicação do insucesso da maioria dos empreendimentos de médio e grande porte contratados pelos órgãos públicos. As falhas ocorrem devido aos atrasos na entrega das obras, custos acima do previsto, objetivos não alcançados e a qualidade deixa a desejar.

2 - QUAIS SÃO AS RAZÕES PARA O INSUCESSO DAS OBRAS PÚBLICAS?

Na entrevista ao jornalista Pedro Moreira, em reportagem no jornal *Zero Hora*, de 04/10/2013, o ministro Valmir Campelo informou que o Tribunal de Contas da União vem apontando, de longa data, que a insuficiência no planejamento e as falhas na elaboração de projetos são as primeiras causas das mazelas em obras públicas pelo País. Sem um projeto completo, não se sabe exatamente o que é necessário para completar as obras. Ou seja, para determinar o prazo da obra, é preciso um desenvolvimento maior dos projetos. Além disso, sem o projeto, os terrenos a serem desapropriados não podem ser ainda mapeados. Sem isso, os bancos financiadores não liberam recursos. Os impactos ambientais e as respectivas licenças legais também têm o mesmo problema.

3 - CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS

Nas licitações feitas pelos órgãos públicos, são solicitadas às empresas propostas de projetos com falta de informações, prazos escassos para entrega das propostas e execução dos empreendimentos. Sempre existem empresas que aceitam as contingências impostas pelo Poder Público por uma questão de sobrevivência.

Durante a execução dos empreendimentos, sempre surgem imprevistos, modificações e trabalhos adicionais que não foram previstos pelas Contratadas. É comum o Poder Público exigir das empresas a execução destes trabalhos sem a devida remuneração, alegando que eles estavam implícitos.

As empresas que participam de obras públicas enxugam ao máximo suas equipes de trabalho, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, para garantir lucro.

O planejamento dos empreendimentos normalmente é falho, pois é executado pelas próprias equipes do projeto junto com os gerentes e carece de análises críticas competentes.

Os pagamentos dos serviços prestados pelas empresas em geral ocorrem com atrasos, que são causas de problemas.

Normalmente, são as empresas de grande porte que conseguem sobreviver aos problemas gerados nas Obras Públicas devido aos recursos e às estratégias que possuem.

Diante disso, os empreendimentos do Poder Público são malsucedidos e são causas de prejuízo para a Sociedade.

4 - SUGESTÕES PARA OS PROBLEMAS

4.1 - Solicitar nas licitações que seja incluído na equipe um Engenheiro de planejamento. Este será responsável pela gestão dos recursos necessários para executar o projeto no custo, prazo e qualidade previstos. As atividades básicas serão escopo do projeto, estimativas e orçamentos, cronogramas e análises críticas do andamento dos trabalhos. O Engenheiro de planejamento será subordinado ao gerente do empreendimento.

4.2 - Solicitar na licitação dos projetos a apresentação nas propostas dos projetos básicos de Engenharia. Este compreende a definição do escopo, elaboração do memorial descritivo, especificações básicas, plantas gerais e de detalhes, estimativa orçamentária, cronograma geral e critérios para o desenvolvimento do projeto detalhado.

Os projetos detalhados serão iniciados somente depois de concluídos os projetos básicos e aprovados pelo Contratante. Isso irá trazer mais acertos e celeridade na execução dos projetos detalhados.

4.3 - O Contratante deve solicitar nas licitações uma equipe de Engenharia e apoio completa, com experiência suficiente para executar o empreendimento.

4.4 - Solicitar nas licitações a apresentação pelos participantes de um orçamento de preços unitários de mão de obra e serviços. Os serviços adicionais que não foram especificados nas licitações serão quantificados e pagos através desse orçamento.

4.5 - O Contratante deve estabelecer um prazo mais dilatado para apresentação das propostas e execução dos projetos e obras, e prestar mais informações nos documentos das licitações e no contato com os interessados em participar da mesma.

JULIO SURREAUX CHAGAS
ENGENHEIRO MECÂNICO | CONSELHEIRO DA CÂMARA DE
ENGENHARIA INDUSTRIAL DO CREA-RS, REPRESENTANTE DA
SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RS (SERGS)



Aspectos Gerais de Redes de Sensores

I. INTRODUÇÃO

Hoje em dia, com o avanço da tecnologia e a necessidade de se obter um alto grau de informação e detalhamento sobre o ambiente em que vivemos, cresceu o uso de Redes de Sensores Sem Fio, RSSF.

Esta rede de sensores é formada pelo conjunto de dispositivos conectados entre si por nós. Um nó pode ser qualquer dispositivo capaz de enviar e/ou receber dados gerados em outros nós.

A tecnologia recente permite que os sensores atuais sejam de tamanhos bem pequenos, inteligentes, com baixo custo de produção, capacidade de processamento elevado, durabilidade e resistência em vários tipos de ambiente.

II. UTILIDADE DE UMA RSSF

Basicamente, uma RSSF pode ser dividida em dois tipos: uma para monitoramento e outra para rastreamento.

No monitoramento, é possível medir a temperatura de uma área de difícil acesso, as condições climáticas de uma floresta ou região, um hábitat natural de alguma espécie animal, os abalos sísmicos tanto no fundo de um oceano como nas proximidades de algum vulcão.

No rastreamento, é possível conferir o movimento e/ou a migração de espécies animais em regiões de difícil acesso ou o movimento no avanço de tropas militares no campo de batalha.

III. FUNCIONAMENTO

O fato de uma RSSF utilizar sensores muito pequenos e em grande quantidade faz com que eles sejam de pouca confiabilidade, ou seja, a rede deve ser tolerante a falhas.

Essas falhas na RSSF podem ter várias causas, como a falta de energia em um sensor, algum dano físico ou a falta de visibilidade entre um nó com outro. E são falhas comuns, pois, normalmente, as RSSF são usadas em grandes áreas abertas e expostas ao tempo.

Para o melhor aproveitamento de energia, os nós sensores são capazes de se adaptarem automaticamente ao ambiente em que estão monitorando, de modo a ficarem “adormecidos” quando não houver atividades e se reorganizarem caso ocorra uma perda de um nó sensor.

Como o maior consumo de energia se dá na transmissão de dados, a RSSF possui alguns nós sensores principais, o “sink”, o qual faz a comunicação com o gerenciador de tarefas através da internet ou via satélite. Eles coletam os dados e transmitem aos nós vizinhos, que, por sua vez, retransmitem aos outros nós vizinhos até chegar ao “sink”.

IV. ARQUITETURA DE UMA RSSF

Uma RSSF utiliza a combinação de hardware com um software para o envio das informações coletadas de um lugar a outro, e por não necessitar de uma infraestrutura, os nós sensores podem alocar-se aleatoriamente na rede, pois são capazes de se organizarem e se comunicarem entre si automaticamente.

A. CAMADA FÍSICA

E por se tratar de rede sem fio, é possível utilizar três tipos de comunicação: a comunicação óptica, a infravermelha e a radiofrequência (RF).

A comunicação óptica é um tipo de comunicação muito sensível às condições climáticas e é inviável caso o objetivo do monitoramento seja o de uma área grande

e necessite muitos sensores.

A comunicação infravermelha com utilização em áreas fechadas e com propagação direcionada ainda não é utilizada.

A comunicação utilizando radiofrequência (RF) é a forma de comunicação comercialmente mais utilizada, porém seu maior problema é o consumo de energia gasta pelos nós sensores.

B. CAMADA DE ENLACE

A camada de enlace é responsável por transportar os pacotes de um nó a outro nó através da rede, conhecido como entregas *node-to-node*.

As redes sem fio utilizam o protocolo CSMA/CA (*Carrier Sense Multiple Access with Collision Avoidance*) para controle de acesso ao meio que serve para evitar colisões.

C. CAMADA DE REDE

A camada de rede é a camada na qual ocorrem os roteamentos. Alguns dos principais serviços dessa camada são: o endereçamento, o encapsulamento, a fragmentação e o roteamento.

Uma questão fundamental do projeto para uma rede de comunicação é determinar a maneira como os pacotes são roteados da origem até o destino, ou seja, os protocolos de roteamento encarregam-se da transmissão fim a fim.

D. CAMADA DE TRANSPORTE

Alguns dos principais serviços da camada de transporte são o controle da conexão, o endereçamento, a confiabilidade e a fragmentação/desfragmentação, pois é a camada de transporte que é responsável por agregar confiabilidade na comunicação envolvendo processos finais.

O protocolo UDP é um protocolo não confiável e não é orientado à conexão, apenas assegura a comunicação entre processos finais e realiza uma limitada verificação de erros.

E. CAMADA DE APLICAÇÃO

É a camada que permite que o usuário se utilize das informações recebidas e coletadas pelos nós sensores. Fornece acesso aos recursos da rede.

VI. CONCLUSÃO

O grande potencial das RSSF, além da facilidade de acesso em áreas inóspitas, é o econômico, pois, à medida que a tecnologia do hardware utilizado avança, seu custo diminui e a popularidade de seu uso tende a aumentar. Embora não se possa deixar de ressaltar que mesmo que um nó sensor tenha sua aplicação perfeita para um tipo de uso, com sua dimensão, taxa de transmissão e alcance específico, esse mesmo nó sensor talvez seja inadequado para outro tipo de aplicação.

Em se tratando de RSSF, por ser uma atividade relativamente nova, ainda apresentam algumas dificuldades e desafios, pois, com o aumento de seu uso, surgem novas tecnologias para seu aprimoramento e, consequentemente, surgem novas oportunidades de uso.

REFERÊNCIAS

- TANENBAUN, A. S. *Computer networks*. Prentice Hall PTR, 4th edition. (2003).
 FOROUZAN, B. A. *Comunicação de dados e redes de computadores*. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman. (2006).
 JANEK, J. F., EVANS, J. J. *Predicting ground effects of omnidirectional antennas in wireless sensor networks*. *Wireless Sensor Network*, v. 2. (2010).



Como Combater a Burocracia por Meio da Valorização Profissional: o Case do SIGEF

Criado pela Lei nº 10.267 em 2001, a construção do Cadastro Nacional de Imóveis (CNIR), por meio do georreferenciamento certificado de todas as propriedades rurais, foi um raro caso de unidade nacional aplaudido tanto pela esquerda como pela direita. Tornar precisa e transparente a propriedade rural fundamenta a segurança jurídica da garantia real, que é, por sua vez, o principal pressuposto do crédito barato para desenvolvimento de uma nação. Além deste santo graal econômico, o CNIR viabiliza também o controle objetivo – e não político da finalidade social dessas propriedades –, além de sua evidente fiscalização ambiental e o efetivo planejamento da gestão territorial brasileira.

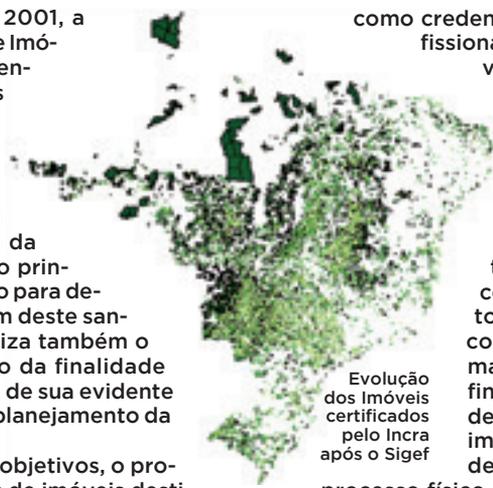
Apesar da importância desses objetivos, o processo de certificação dos milhares de imóveis destinados ao CNIR requeridos por profissionais em todo o Brasil foi entregue ao clássico da burocracia estatal: parta do princípio de que ninguém é sério, exija um monte de papéis para que só um profissional *office-boy* se disponha a cumpri-lo e justifique o geológico tempo de tramitação ao despreparo deles e à falta de pessoal para lidar com a montanha de processos, atrás da qual toda a inépcia se esconde. Enfim, o mesmo filme da maioria dos órgãos licenciadores do País, com a diferença de que, em geral, os outros cobram – e caro – para entorpecer o desenvolvimento nacional.

Após 10 anos de inércia, porém, os efeitos tornaram-se insuportáveis. Por isso, impelidos pela paralisação dos registros das transações com terras (a certificação do “geo” é pré-requisito), que provocou o descontrole dos reais titularidades das cadeias dominiais dos imóveis, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) requereu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o simples cancelamento da Lei.

A SOLUÇÃO

Diante do risco de perder o “mando de campo” sobre os registros de terras, a razão parece haver sobrepujado a ideologia, e o InCra, finalmente, recorreu a seus bons profissionais de carreira e à tecnologia. Um ano depois (nov./2013), entrou em cena o Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) – <https://sigef.incra.gov.br>, um surpreendente ambiente on-line para os profissionais, órgãos fundiários e registradores públicos, destinado à gestão e certificação completa de requerimentos, em que os efetivos atores são seus usuários e não a burocracia. O resultado fala por si: hoje, o número de certificações por dia é maior que a média mensal de todos os anos anteriores.

Resultados tão imediatos e favoráveis merecem, sem dúvida, nossa atenção. Afinal, qual foi a mágica? O Sigef possui vários fundamentos pouco usuais na administração pública recente. Primeiro, exige e produz exatamente o que a lei lhe outorgou, sem rodeios ou entendimentos que a exorbitem. Não há, portanto, surpresas do que é necessário para deferir um pedido. Tudo está na Lei e em suas normas publicadas. Segundo, nele só requer algo quem possuir assinatura digital para isso e constar



Evolução dos Imóveis certificados pelo InCra após o Sigef

como credenciado no sistema. No caso de profissionais, isso significa que eles comprovaram previamente dispor de atribuições reconhecidas pelo CREA e, portanto, o Sistema os reconhece como habilitados a operá-lo. Terceiro – principal mudança de paradigma –, sob declaração de responsabilidade civil, criminal, etc., sendo profissional habilitado, o Sigef o libera para ingressar com a informação completa, propor todos os procedimentos desejados com ela e, ato contínuo, gerar automaticamente os produtos finais para fins de direito – no caso, o memorial descritivo e a planta para os registros imobiliários finais. Não há espera pelo deferimento porque no Sigef não há processo físico. A tramitação se dá na velocidade eletrônica das assinaturas digitais das autoridades que a despacham. Finalmente, o quarto fundamento é a existência de mecanismos objetivos de denúncia/defesa sobre processos irregulares ou prejudiciais ao profissional idôneo e regras oficiais de punição, que vão da simples advertência ao descredenciamento do mau profissional.

OS BENEFÍCIOS

A princípio, muitos profissionais estranharam tanta simplicidade e até reclamaram da condição de se responsabilizarem por tudo. Mas logo se calaram, porque o “mercado” começou a procurar exatamente os mais qualificados e responsáveis. Por fim, sem o fosso burocrático, a solução do problema inteiro da regularização fundiária desejada tornou-se viável, desde que seu executor fosse capaz de conduzir todo o processo e não somente parte dele. Afinal, quem sabe o que faz sente prazer em ser reconhecido por isso e responsabilizado por seus atos.

A maioria dos sistemas públicos vigentes, entretanto, não é assim. Eles jamais dispensam o processo físico porque, para a burocracia, isso significa redução de seu poder. Presa à cadência do processo em papel, a velocidade eletrônica é inútil, e tais sistemas, por mais bonitos que pareçam, são meros reféns das deficiências humanas.

CONCLUSÕES

O Sigef é uma prova real de que a face danosa da burocracia tem cura, se você reconhecer que a sociedade prepara profissionais por anos a fio, com a finalidade de que eles resolvam os problemas dela e, assim, todos se desenvolvam. Licenças em geral, necessárias para sustentar o desenvolvimento tão desejado, deveriam ser propostas pelos profissionais e apenas certificadas ou não por sistemas similares ao Sigef. Se o profissional e/ou empreendedor foi inábil ou mal-intencionado, aí sim cabe à burocracia agir com determinação e severidade em defesa da sociedade. Mas não antes. Afinal, você concordaria que seu médico de confiança, a quem você confiará a cirurgia em seu próprio filho, fosse obrigado a requerer previamente o licenciamento da operação?





A Revisão da NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações

O processo de revisão: a revisão da Norma Regulamentadora (NR) 13 foi publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 594, de 28/04/2014, tendo como novo título: Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações.

O processo de revisão, que levou mais de dois anos, foi coordenado pela Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) da NR 13 e tem como uma das atribuições o aprimoramento da Norma.

A CNTT NR 13, ao determinar os tópicos para revisão do texto, levou em consideração principalmente as demandas advindas da comunidade técnica, dos auditores fiscais do trabalho e de diversas entidades/representações, e a experiência acumulada na aplicação da NR-13 durante os quase 20 anos de vigência desde sua última revisão, que aconteceu em 1994.

A proposta de texto para revisão foi colocada para consulta pública em abril de 2013, recebendo 1.281 das propostas da sociedade, sendo incorporadas quase 20%, e inúmeras (quase 25%) foram catalogadas para utilização futura na continuação da revisão dos itens da NR ainda não contemplados. Ressalta-se que a revisão do texto da NR foi aprovada por consenso.

Dentre aspectos de destaque nesta revisão, pode-se elencar: inclusão de parâmetros para inspeção de Tubulações, reformatação da NR, criação de Glossário, participação do Sindicato de Trabalhadores na investigação de acidentes de grandes proporções com caldeiras, uniformização e compatibilização de conceitos e normativas de segurança com o prescrito em outras afins, racionalização dos itens de grave e iminente risco, definição mais clara sobre a abrangência da NR 13, articulando aplicação com normas técnicas nacionais e internacionais, inspeções internas de caldeiras com registros fotográficos no Relatório, realização de teste hidrostático sendo definida pelo PH, certificação do Inmetro para vasos de pressão categorias IV e V, fabricados em série.

Para Caldeiras e Vasos de Pressão, a revisão da NR 13 entrou em vigor na data da publicação, mas para Tubulações foram concedidos prazos para alguns itens, os quais estão discriminados na Portaria nº 594.

O papel do Profissional Habilitado, do Empregador e do Operador: a revisão da NR13 introduziu alterações relevantes. A principal foi a inclusão das tubulações ligadas a vasos de pressão e caldeiras. Também significativa foi a supressão da obrigatoriedade do teste hidrostático periódico de vasos de pressão.

Outras alterações são mais sutis e não tão facilmente percebidas. Dizem respeito à distribuição de responsabilidades entre os que promovem a segurança na operação de equipamentos pressurizados.

A norma menciona três figuras atuantes neste processo: o empregador, o Profissional Habilitado (PH) e o operador.

O empregador, conforme explicitado no novo texto, é o responsável pela implementação da norma:

13.1.2. O empregador é o responsável pela adoção das medidas determinadas nesta NR. O operador, pelo papel que desempenha para a segurança, mereceu novamente um anexo específico na norma para tratar de sua capacitação.

As mudanças mais sutis foram na descrição das tarefas confiadas ao PH. A norma assim define quem pode ser considerado um PH:

13.3.2. Para efeito desta NR, considera-se Profissional Habilitado – PH aquele que tem competência legal para o exercício da profissão de Engenheiro nas atividades referentes a projetos de construção, acompanhamento da operação e da manutenção, inspeção e supervisão de inspeção de caldeiras, vasos de pressão e tubulações, em conformidade com a regulamentação profissional vigente no País.

Esta caracterização do PH remete à habilitação do Engenheiro Mecânico.

A NR-13 menciona 31 atividades de responsabilidade do PH. Na prática, a implementação das medidas determinadas pela NR13, embora de responsabilidade do empregador, é tecnicamente de responsabilidade do PH, um Engenheiro Mecânico.

Considerando-se a responsabilidade e a complexidade das atividades a cargo de um Engenheiro Mecânico, é de suma importância a competência deste profissional. A avaliação da integridade de equipamentos industriais tem experimentado grande e rápido desenvolvimento tecnológico, requerendo dos profissionais contínuos aperfeiçoamento e atualização.

A participação dos trabalhadores: passados 20 anos de sua última revisão, a NR 13, atendendo a demandas vindas da comunidade técnica, do Ministério do Trabalho e Emprego, de Entidades Sindicais e Empregadores, considerando principalmente os avanços tecnológicos e a necessidade de garantir a segurança dos trabalhadores na operação, manutenção e inspeção de Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações, a Norma passa por atualizações e se reveste de uma grande importância para todos os segmentos envolvidos.

Sem dúvida, a principal mudança na Norma é a inclusão de parâmetros para inspeção de tubulações. As estatísticas internacionais e nacionais demonstram que as falhas em tubulações em serviço são causas principais na maioria dos graves acidentes nas indústrias. E, devido a isso, a CNTT NR-13 determinou como uma das prioridades estabelecer propostas para o atendimento desta demanda.

A representação dos Trabalhadores na referida Comissão Tripartite é indicada pelas Centrais Sindicais, CUT, Força Sindical, UGT e CTB.

Cabe destacar que os avanços consideráveis atingidos nestas alterações foram frutos de um bom diálogo nas discussões entre o movimento sindical, governo e empregadores, pois se trata de questões relacionadas à segurança, à saúde dos trabalhadores e à integridade de instalações.

Concluída esta fase das alterações, consulta pública e publicação da NR-13, iniciam-se os trabalhos de divulgação e reciclagem para os trabalhadores e a comunidade envolvida, através de encontros técnicos, palestras e seminários.

Finalmente, é importante salientar que a CNTT NR 13 possui um plano de trabalho 2014/15 com discussões e debates sobre a revisão de outros itens da NR 13.

ROQUE PUIATTI

ENGENHEIRO MECÂNICO, AUDITOR
FISCAL DO TRABALHO DA SRTE/RS/
MTE E COORDENADOR DA CNTT NR 13

MILTON MENTZ

ENGENHEIRO MECÂNICO,
ASSESSOR DA BANCADA DE
EMPREGADORES NA CNTT NR 13

EDSON FUNCKE

TÉCNICO EM INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTOS
E COORDENADOR DA BANCADA DE
TRABALHADORES NA CNTT NR 13

Número de Módulos Fiscais de um Imóvel Rural: Cálculo Simples?

Para entender as novas definições das Áreas de Preservação Permanente (APPs), o primeiro conceito que deve ser compreendido é o de Módulo Fiscal (MF). Ele aparece inúmeras vezes na Lei nº 12.651/12 e serve como parâmetro de classificação fundiária das propriedades rurais conforme seu “tamanho”. Ou seja, o MF é uma unidade de medida agrária que já era prevista na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), a qual recebeu nova redação pela Lei nº 6.746/79, que diz:

Art. 50... § 2º o módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores:

- tipo de exploração predominante no Município;
- renda obtida no tipo de exploração predominante;
- outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda e área utilizada;
- o conceito de propriedade familiar, definido no item II do artigo 4º desta Lei.

Atendendo a esta legislação, o INCRA elaborou a Instrução Especial nº 20, de 1980, que calculou, de acordo com o Art. 50 da Lei nº 4.504/1964, apresentado anteriormente, o tamanho do MF para todos os municípios brasileiros, o qual varia entre 5 e 110 ha.

Assim, o número de MFs serve de fator para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão, conforme especificado posteriormente pela Lei nº 8.629/93, que em seu Art. 4º define:

- Imóvel Rural – o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial;
- Pequena Propriedade – o imóvel rural:
 - de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
- Média Propriedade – o imóvel rural:
 - de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

A partir dessas informações, é possível sintetizar que o MF é a unidade de classificação das propriedades rurais para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural.

Na mesma linha, a Lei nº 12.651/12 utiliza o MF para classificar as propriedades rurais por tamanho e, a partir disso, definir as áreas mínimas de recuperação de APP. Ou seja, somente após a classificação da propriedade de acordo com o número de MF será possível definir qual será a metragem mínima de recuperação das margens dos cursos d'água e poderão ser feitas considerações sobre a necessidade, ou não, de recomposição da RL.

Portanto, antes de qualquer análise, deve-se realizar o cálculo do número de MFs de cada imóvel rural. Neste exato momento, torna-se necessário analisar novamente o ainda vigente Art. 50 da Lei nº 4.504/64, que define em seus § 3º e § 4º:

§ 3º O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua **área aproveitável total** pelo módulo fiscal do Município (Incluído pela Lei nº 6.746/79). *(grifo do autor)*
§ 4º para efeitos desta Lei; constitui área aproveitável do imóvel a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal. Não se considera aproveitável: (Incluído pela

Lei nº 6.746/79)

- a área ocupada por benfeitoria;
- a área ocupada por floresta ou mata de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas;
- a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

Percebemos que o cálculo do número de MFs não é simplesmente a divisão do número de hectares do imóvel pelo módulo do município calculado pelo INCRA em 1980, como ocorre vulgarmente. Para o cálculo correto, é necessário proceder antes a um diagnóstico do uso e ocupação do solo e identificar todas as áreas e, a partir disso, dividir a **área aproveitável** do imóvel rural pelo MF do município, conforme a Instrução Especial nº 20, de 1980, do INCRA.

Esta consideração no cálculo irá influenciar a classificação do imóvel rural e seu enquadramento, ou não, como Pequena Propriedade Rural. Este enquadramento, como comentado anteriormente, irá influenciar a definição das faixas mínimas de recomposição das APPs conforme o Art. 61-A Lei nº 12.651/12, que diz:

Art. 61-A. Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizado, exclusivamente, a continuidade das atividades agrosilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. (Incluído pela Lei nº 12.727/12.)

§ 1º Para os imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 5 (cinco) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 2º Para os imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 8 (oito) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.

§ 3º Para os imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em 15 (quinze) metros, contados da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do curso d'água.[...]

A faixa mínima de recomposição das APPs irá depender da classificação do tamanho do imóvel rural em MFs e da data em que foi feita a ocupação antrópica (antes de 22/07/2008).

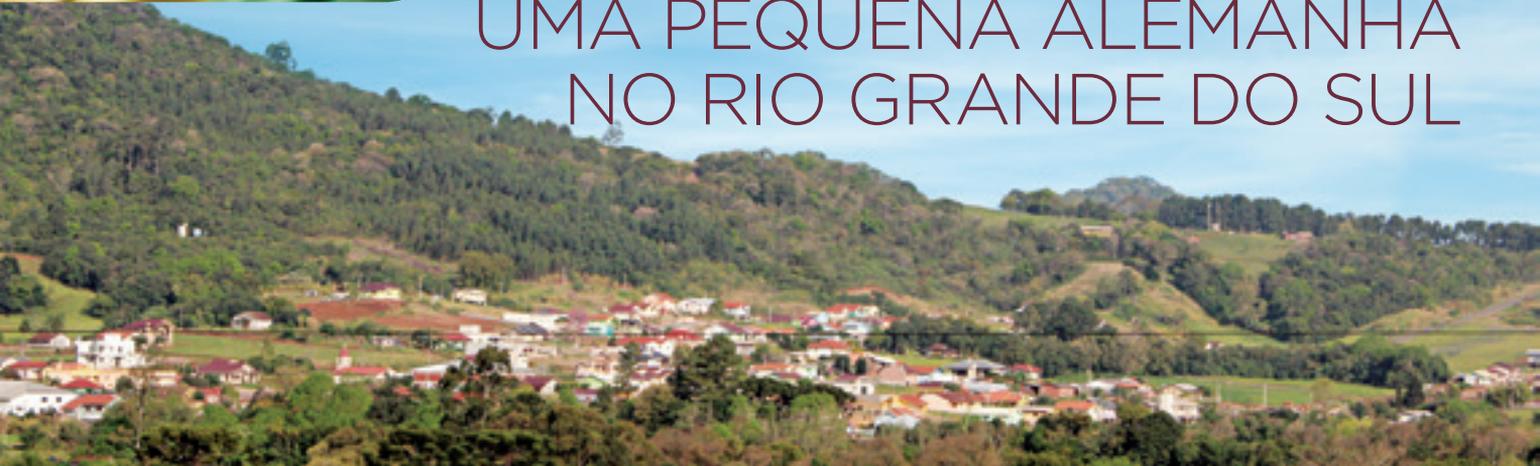
Finalmente, é possível concluir que o cálculo do número de MFs de um imóvel rural nem sempre será a simples divisão: **nº de ha do imóvel / MF do município**. Em alguns casos, a realização de um diagnóstico de uso e ocupação do solo permitirá melhor aplicação da legislação vigente e poderá alterar o enquadramento do imóvel rural perante a Lei nº 12.561/12 e, conseqüentemente, as exigências para a sua adequação perante esta lei.





Westfália

UMA PEQUENA ALEMANHA NO RIO GRANDE DO SUL



No acesso principal, lá está ele, o enorme sapato de pau, que dá as boas-vindas para quem chega à pequena cidade de Westfália.

Em volta, as verdes montanhas que guarnecem a região e conferem ao cenário um ar bucólico. No centro, um povo de origem germânica preocupado em preservar o legado cultural de seus antepassados. A 115 km da capital gaúcha e com pouco mais de 63 km² e 2.700 habitantes, a localidade é uma pequena parte da Alemanha no coração do Rio Grande do Sul



FOTOS: ARQUIVO CREA-RS

Emancipado de Teutônia em 1996, o município foi batizado de Westfália, em homenagem ao Estado da Renânia do Norte - Westfalia (Nordrhein-Westfalen), região da Alemanha de onde vieram os primeiros imigrantes. De lá também procederam os costumes típicos da cultura westfaliana, os quais permanecem até hoje na cidade. Segundo Lucildo Ahlert, bisneto do patriarca da terceira geração da família dos Ahlert - uma das primeiras famílias de alemães a chegar na região -, há uma série de questões que influenciaram a preservação desta cultura, dentre elas o fato de os colonizadores terem se estabelecido em grupos muito independentes. "Eles mesmos organizaram as suas necessidades, criando escolas, igrejas, salões de baile, e tornando a comunidade autossuficiente", esclarece o economista e consultor em gestão empresarial, que escreveu uma monografia sobre a cultura westfaliana e um livro sobre a família Ahlert.

O SAPATO DE PAU

Em referência ao calçado utilizado pelos colonos e ao dialeto típico, ambos chamados de "sapato de pau", os sapatos se tornaram um símbolo da cidade. "Essa tradição foi trazida da Alemanha de uma região baixa nas imediações da Holanda, onde se usavam sapatos feitos de madeira para enfrentar o frio e a chuva", registra Lucildo Ahlert. Fabricados artesanalmente, os calçados ainda são utilizados pelo grupo de danças Westfälische Tanzgruppe e também confeccionados em tamanhos variados como souvenir. O dialeto *Plattdütsch* é falado e entendido pela maioria da população. Porém, a linguagem de sotaque marcante nada se parece com a língua alemã, sendo mais semelhante ao holandês com traços do inglês.



Prefeitura de Westfália: sapato de pau no atendimento e nas placas





Um dos moradores da região, Eng. Agrônomo, Érico Rex decidiu reformar a casa de sua família construída em 1872



A casa da segunda geração da família Ahlery que foi reformada pela arquiteta Andresa Ahlert, filha de Lucildo. Andresa transportou a casa de Westfália para Lajeado onde vive atualmente



Construções no estilo enxaimel

Além do dialeto, outro traço particular da cultura alemã que ainda permanece na cidade são as construções em estilo enxaimel. Algumas delas, erigidas pelos primeiros imigrantes, continuam de pé como parte do patrimônio histórico da cidade, sendo mantidas e restauradas pelos próprios moradores. Como o casal Olavo e Glaci Ahlert, que mantém de pé a primeira casa em enxaimel construída pelo patriarca Christian Ahlert, em 1871. O casal conserva a estrutura como forma de preservar a história da família. “Em 1988, quando aconteceu o primeiro encontro de família, descobrimos que existiam resquícios da casa que tinha sido do nosso ancestral. Então, resolvemos recuperá-la para que ela pudesse servir como um pequeno museu da família”, diz. De acordo com ele, nos próximos dias, se ini-

ciará outro processo de restauração da estrutura para que os documentos e objetos históricos possam ser organizados dentro da casa.

Caracterizadas pelos grandes telhados e pelas madeiras aparentes na fachada, as construções em enxaimel são um dos traços mais visíveis da colonização alemã no Rio Grande do Sul. A técnica – que já não era mais utilizada na Alemanha devido à escassez de madeira – ganhou força no Estado pela abundância deste material na região e pela sua resistência, simplicidade e baixo custo.

Do alemão Fachwerk ou Fachwerkbau, enxaimel significa construção em prateleiras por não utilizar pregos na montagem da estrutura. Assim, os quadros de madeira são encaixados entre si, em posição horizontal, vertical e/ou transversal, que formam paredes estruturadas. Como explica o Engenheiro Civil Daniel Schommer, em seu trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “Primeiro, era construído o esqueleto da casa, todo de toras grossas de madeira, e entre as vigas verticais eram colocadas as horizontais e, nas extremidades das paredes, algumas inclinadas, para aumentar a estabilidade da estrutura de madeira”. Também era usual o emprego das pedras na construção do primeiro andar das casas, de modo a afastar a edificação do solo e evitar desgastes precoces.

Os tramos eram preenchidos com materiais existentes na região, geralmente não havendo a utilização do cimento, indisponível na época. Aqui no Estado, era comum o emprego da taipa, do barro socado, dos tijolos maciços rebocados e até mesmo da pedra grês cortada. De acordo com o Engenheiro Civil e Agrônomo Miguel Aloysio Sat-



Detalhe da parede da casa do Eng. Érico, que hoje serve de espaço para eventos

tlert, professor doutor da Faculdade de Engenharia da UFRGS e orientador do trabalho de Daniel, esta mistura não é tão resistente à ação da chuva, por isso, uma maior durabilidade, como todas as que fazem uso da terra, é encontrada em localidades com clima mais seco.

Apesar disso, Sattler afirma que, tal como na Alemanha, o sul do Brasil preserva um conjunto significativo de construções no estilo enxaimel ainda em uso. Se bem construídas e com boa manutenção, elas podem alcançar uma vida útil até maior que aquelas com estrutura em concreto armado, as quais também acabam sofrendo as consequências de umidade, chuva, sol e degradam ao longo de sua fase de uso. “Afinal, muitas edificações em enxaimel se mantêm funcionais, mesmo depois de mais de 150 anos de utilização no Brasil, enquanto as estruturas em concreto, utilizando cimento Portland (criado em 1824), e de construção mais recente, ainda terão que comprovar uma durabilidade equivalente”, assegura.

Outra questão destacada por Sattler é a temperatura interna dessas edificações em função das paredes espessas e das propriedades térmicas conferidas pela terra. “Em termos de trocas de calor e de umidade com o ambiente interno das edificações, as casas em enxaimel oferecem condições invejáveis de conforto higrotérmico”, garante. Conforme o especialista, isso acontece porque tanto a terra empregada nas paredes como o reboco – tal como acontece com alvenarias de cerâmica vermelha – permitem trocas de umidade e calor com o ambiente interno das edificações. Assim, há uma redução natural das variações de temperatura dos ambientes externos, transformando a parte interna das construções em um ambiente mais agradável – diferentemente de muitas construções modernas, que demandam recursos energéticos consideráveis para a sua climatização (artificial).



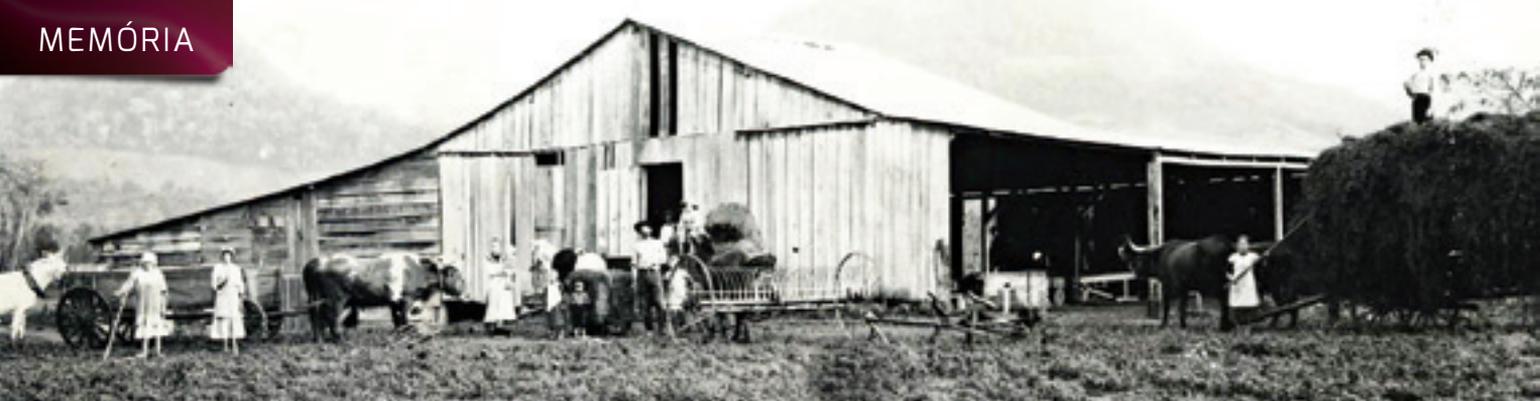
Olavo e Glaci ao museu da família Ahlert



No terreno da casa, a primeira Auracária plantada pela alemã Anni Ehmann



Dentro da casa, objetos e fotos relembram a trajetória da imigração alemã na região



A vida na colônia

2014: ano da Alemanha no Brasil

Há 190 anos, um grupo de 39 imigrantes alemães chegava a um pequeno vilarejo, às margens do Rio dos Sinos, conhecido como Feitoria do Linho-Cânhamo, anteriormente habitado por índios e açorianos. Embora os primeiros imigrantes tenham vindo para a Bahia, em 1818, é no Sul que se estabelece a primeira Colônia germânica do Brasil, em 25 de julho de 1824. Hoje município da região metropolitana de Porto Alegre, São Leopoldo foi o berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Mas, depois, as colônias germânicas foram se espalhando para o centro e norte do Estado, dando origem às cidades de Santa Cruz do Sul, Três Forquilhas e Teutônia, que hoje possuem uma população predominantemente teuto-brasileira.

A IMIGRAÇÃO

Abalados pela crise econômica que se formou no campo por causa das modernizações, os pequenos produtores alemães – impossibilitados de aumentar sua produção – não viram alternativas a não ser sair de seu país. Em busca de melhores condições de vida, partiram em direção ao Brasil, em especial ao Estado do Rio Grande do Sul, onde cerca de 5.350 desembarcaram entre 1824 e 1830. A imigração foi incentivada por Dom Pedro I, imperador do recém-independente Brasil, como forma de povoar regiões não habitadas, como as fronteiras ao sul do País, que eram abertas e significavam uma ameaça. “Se imaginava que, como no Rio Grande do Sul havia uma fronteira aberta e a região era muito pouco povoada, isso podia levar a Argentina a ocupar”, ex-



Tripulantes de um navio que partiu de Hamburgo para o Rio de Janeiro, em 17 de março de 1887

FOTOS: MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

plica o historiador e professor do Departamento de História da PUCRS René Gertz.

Segundo ele, outra razão para o apoio à imigração era a falta de mão de obra especializada nas lavouras. “Essas pessoas deveriam aumentar a diversidade de produção de alimentos, porque o Rio Grande do Sul era conhecido pela criação de gado, então tinha carne, mas faltava feijão e arroz”, conta. Além disso, outro motivo associado à necessidade de povoar regiões se relacionava ao transporte de produtos e animais. “A nossa produção ia, em grande parte, para

o Centro do País, e havia um transporte de animais vivos, como bois, cavalos e mulas, que eram levados a pé pelos tropeiros”, explica. De acordo com o especialista, o surgimento de colônias alemãs ao norte do Estado e, depois, em Santa Catarina e no Paraná possibilitou que este caminho fosse percorrido de forma mais segura.

COSTUMES E TRADIÇÃO

Embora o Brasil tenha recebido entre 200 mil e 300 mil imigrantes alemães, esse total significa apenas 5% da quantidade de colonos que chegaram aos Estados Unidos – cerca de 5 milhões, até o início da Segunda Guerra Mundial. Diferentemente do que aconteceu aqui, nos Estados Unidos, eles eram encaminhados para locais onde existiam colônias de outros povos, como suecos, irlandeses e britânicos. Inseridos em um conjunto populacional que era semelhante a eles, tanto no aspecto físico quanto no aspecto cultural e até de poses, os imigrantes se diluíram no assim chamado *melting pot* norte-americano (caldeirão de raças, segundo Teclasap.com).

ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

No sul do Brasil, os colonos foram assentados relativamente isolados, e quando havia população já estabelecida, ela era bastante diferente em relação a eles, como as comunidades indígenas. Na convivência com esses povos, geralmente havia confrontos entre as culturas, o que foi relevante para que os alemães criassem comunidades próprias, como modo de dar continuidade às suas tradições, entre elas a arquitetura enxaimel e os dialetos. Mas não só na arquitetura e na língua, como também na culinária, na educação e até na religião os alemães foram responsáveis por implantar e modificar uma série de tradições que, com o passar dos anos, foram incorporadas ao estilo de vida dos gaúchos. Como uma das provas desta resistência cultural, tem-se a *chimia*, do alemão *Schmier*, o doce de fruta que ainda é muito consumido em diversas cidades gaúchas.



Torneio de bolão, uma tradição alemã

CARTA DE PASSO FUNDO

Tendo como tema central o “Futuro das Engenharias”, reuniram-se representantes de 70 Entidades de Classe para discutir assuntos de interesse dos profissionais na formação e atribuição profissional, organização, mercado e mundo do trabalho e marco técnico; promover a integração entre os membros das Entidades de Classe, com troca de experiências; discutir os assuntos de interesse das entidades de classe, propor políticas e ações de melhorias; e aprimorar o relacionamento entre as entidades de classe e o CREA-RS, realizou-se o XIV Encontro Estadual de Entidades de Classe, de 25 a 27 de setembro de 2014, em Passo Fundo (RS), sob a coordenação do GT de Organização, composto por representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos de Santo Ângelo (SENASA), Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo (AEAPF) e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Passo Fundo (AEAPF), juntamente com o Colégio de Entidades Regionais (CDER) e a Gerência de Apoio às Entidades de Classe (GAEC).

Os participantes votaram e aprovaram as seguintes propostas e moções:

PROPOSTAS

1. Envolvimento das Entidades de Classe com as escolas que formam os profissionais que as compõem e buscar a participação nos Conselhos Superiores das Instituições de Ensino na Área Tecnológica.
2. Que as Entidades colaborem com o CREA-RS na montagem de um ranking dos diversos cursos existentes no Rio Grande do Sul, usando para isso a Comissão de Educação do CREA-RS, levando em consideração os cursos existentes e suspensos.
3. Sugerir a inclusão na nova redação da Lei nº 5.194/66 que o Sistema Confea/Crea participe da avaliação para criação de outros cursos da área tecnológica.
4. O CREA-RS deve elaborar uma cartilha/manual que contemple um sistema de gestão estruturado para as Entidades de Classe e também que detalhe seus direitos e deveres junto ao Crea, aos associados e à sociedade.
Essa cartilha deve ainda conter um modelo de “modo de operação” para que as Entidades de Classe possam seguir.
Este documento deve ainda ser disponibilizado para todos os profissionais do Sistema para que estes possam ter conhecimento das vantagens de associar-se a uma Entidade de Classe.
Sugerimos que este documento seja elaborado pelo CDER e que contemple também todas as formas de obtenção de recursos financeiros, procedimento de registro de novas Entidades de Classes e roteiro para obtenção de recursos.
5. Criação do Colégio de Instituições de Ensino e também do Colégio de Empresas com o objetivo de melhorar o relacionamento do Crea e das Entidades de Classe com as mesmas a exemplo do CREA-MG.
Esses colégios devem discutir, entre outros assuntos, o currículo acadêmico das universidades.
6. Realização de ações de publicidade, por parte do CREA-RS, que valorizem os profissionais do Sistema Confea/Crea, sem distinção por áreas, a fim de melhorar a imagem que a sociedade tem destes.
Esta ação visa dar conhecimento à sociedade sobre a importância econômica e social do profissional ligado ao Sistema Confea/Crea.
7. Que o egresso de instituições públicas de cursos de Engenharia atue como trainee, por um período de dois anos, em contrapartida ao ensino gratuito recebido, em empresas públicas, remunerado conforme o mínimo profissional.
8. Que os conselheiros representativos das Entidades de Classe possam ser substituídos de acordo com a necessidade da Entidade de Classe, sem mandato pessoal.
9. Defender a ocupação de cargos de direção técnica nas áreas do Sistema Confea/Crea em órgãos públicos por profissionais legalmente habilitados.
10. Intensificar o marketing para divulgação da importância do Marco Técnico, com ênfase no conhecimento técnico do Sistema Confea/Crea, objetivando o bem-estar da sociedade.
11. Propor Programas e Planejamento de Estado e não de Governo, com a participação dos profissionais do Sistema Confea/Crea.

MOÇÕES

1. Subsidiar tecnicamente o representante da Entidade de Classe durante o seu mandato de conselheiro do CREA-RS para análise de processos de cadastramento e recadastramento de cursos, com vista à concessão da atribuição profissional.
2. Que a Mútua também faça encontro dos seus representantes para discutir a exemplo do EESEC as aplicações dos seus recursos.
3. Que o CREA-RS envie uma moção de repúdio ao Confea, em nome das Entidades de Classe, em face da consulta realizada pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo (AEAPF) para a realização de debate entre os candidatos à Presidência do CONFEA, CREA-RS e Diretores da Mútua, pela recomendação da não realização deste debate durante o período do XIV EESEC.

Esperamos que estas propostas e moções das Entidades de Classe sejam analisadas e devidamente encaminhadas pela direção do CREA-RS.

Passo Fundo, 27 de setembro de 2014.

GT de Organização do XIV Encontro Estadual de Entidades de Classe

mobilidade

a juros a partir de **0,30% a.m. + INPC**

BENEFÍCIO

Veículos

Estendido aos dependentes

Apoio financeiro aos associados para aquisição de veículos. Veja e compare, a Mútua tem as melhores taxas de juros:

	Banco A	Banco B	Mútua
Valor	35.000,00	35.000,00	35.000,00
Parcelamento	36 meses	36 meses	36 meses
Parcela inicial	1.525,54	1.427,27	1.284,32
Parcela final	1.525,54	1.427,27	980,97
Total	54.919,44	51.381,72	40.773,74

*Simulação: ago/14.

E ainda, na Mútua o veículo não fica em garantia/alienado conforme ocorre nos bancos, ele é seu!

CONFEA  **CREA**



MUTUA-RS
CADA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA



mais qualidade na sua vida.

SAIBA MAIS

Dom Pedro II, 864 - 5º andar - Porto Alegre-RS

0800 878 6565 / mutua-rs@mutua.com.br

www.mutua-rs.com.br

www.mutuadigital.com.br/rs



CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

PARA USO DO CORREIO

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Não procurado	Reintegrado ao Serviço Postal em:
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> Ausente	
<input type="checkbox"/> Não Existe o Nº Indicado	<input type="checkbox"/> Falecido	Responsável - Visto
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Inf. Escrita pelo Porteiro ou Síndico	
<input type="checkbox"/> Recusado		